



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR
por UNANIMIDADE

ACTA N.º 08/2021-2025

15.6.2022

Sessão Ordinária de Abril

1.ª Reunião – 06/05/2022

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, Hugo Filipe Casqueira Coelho, António José Flor Agostinho, e André Filipe Casqueira Guimarães; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos 'Unir Para Fazer', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, e Daniela Ribeiro Alegria; pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, Diana Catarina Anastácio Gandarinho, António Pedro Oliveira Martins, e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo); Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação); Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal, a eleita Sandra Carla Januário (PSD) foi substituída pelo terceiro sucedâneo na lista de candidaturas, Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso - confirmada a ausência da segunda sucedânea da lista, Sara Fernandes; os eleitos Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e João Pedro Ribau Casqueira (UPF) foram substituídos pela primeira sucedânea e pelo segundo sucedâneo na lista de candidaturas, Mariana da Silva Lopes e Rui Manuel da Rocha Rufino, respetivamente; e o eleito Modesto Manuel dos Santos (PS) foi substituído pela terceira sucedânea da lista de candidaturas, Mariana Alvelos Silva - confirmada a segunda da primeira sucedânea da lista, Carla Madaíl. (03:49")

Pela Câmara Municipal de Ílhavo estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Moraes Lourenço; Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021;

Ponto 2. Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2021;

Ponto 3. Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01FEV22 a 31MAR2022;

Ponto 4. Tomar Conhecimento do Mapa dos Compromissos Plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2021;

Ponto 5. Apreciação e votação da Proposta de celebração de "Protocolos de Colaboração e Concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para 2022";

Ponto 6. Apreciação do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2021;

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo e Alteração do n.º 2, do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte a gravação áudio)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (0':08")

«Caros Membros desta Assembleia Municipal. Sr. Presidente da Câmara e demais Vereadores. Estimado público aqui presente. Uma saudação também, para a nossa Comunicação Social presente. Pedia que tomassem os vossos lugares para iniciarmos os trabalhos da Sessão Ordinária de Abril. Pedia à nossa 2.ª Secretária o favor de proceder à chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3':30")

«A Mesa recebeu, através do Núcleo de Apoio à Assembleia, um pedido de suspensão de mandato, enquadrado no Artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro.

De acordo com o n.º 2 do referido artigo, "O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciado pelo Plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação", o que é o caso.

Apesar do n.º 3, do Artigo 77.º, da Lei 169/99, referir na sua alínea c) que são apreciados pela Assembleia Municipal os pedidos de suspensão superiores a 30 dias, deixo à consideração e ao conhecimento o pedido de Suspensão de Mandato por 30 dias, a contar da data de hoje, 6 de maio, do eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo, do Grupo Municipal do PSD.

Pergunto se há alguém que tenha alguma consideração a fazer? Não havendo...

Desta forma, de acordo com o n.º 4, do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro, peço à 2.ª Secretária o favor de referir e confirmar a presença da respetiva substituição do autarca que solicitou a suspensão do seu mandato.»

Foi confirmada a presença da candidata sucedânea na respetiva lista, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, em substituição de Pedro Labrincha da Rosa Novo. (03':45")

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (6':03")

«Vamos proceder à aprovação das Atas n.º 5 e n.º 6 que foram remetidas para conhecimento prévio dos membros desta Assembleia.»

Antes disso, queria agradecer aos autarcas, através dos líderes dos Grupos Municipais, a compreensão demonstrada face às situações que resultaram num atraso de 3 dias no envio das atas. Apesar do esforço que foi feito para remeter os documentos de forma mais antecipada, cerca de cinco dias antes do prazo estabelecido pelo Regimento.

Relembro, ainda, por força da alteração ao Código do Procedimento Administrativo, que quem não esteve presente nas respetivas reuniões não se deve pronunciar, nem votar as mesmas.

Em relação à Ata n.º 5, referente à primeira reunião de Sessão de Fevereiro, realizada no dia 25 desse mês, há alguém que queira colocar alguma questão?

*Coloco então a Ata a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **UNANIMIDADE**.*

Por fim, Ata n.º 6 referente à segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, realizada no dia 4 de março. Pergunto se alguém quer colocar alguma questão a colocar? Pedro Cristo Graça. Muito bem...

Pedro Cristo Graça - UPF: (06':12")

«Boa noite, Sr. Presidente. Posso, às vezes, não ter feito a correta leitura ou a minha lembrança daquilo que foi a última sessão, mas penso que o Sr. Presidente, na fase final, levantou ou informou-nos que nesta sessão seguinte que as intervenções iriam ser feitas de forma rotativa. Não verifiquei que isso estivesse na ata. Era só isto. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':45")

«Está correto. Tomamos a devida nota que será mencionada na próxima ata para que fique devidamente registado o lapso da ausência dessa referência.

*Coloco então a Ata n.º 6 a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **UNANIMIDADE**.»*

Expediente

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':06")

«Relativamente ao expediente, os serviços de Apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre março e abril, a seguinte correspondência que pode ser consultada junto do nosso Núcleo de Apoio: Pareceres e Notas Técnicas da Associação Nacional das Assembleias Municipais, através do CVEL e que estão disponíveis no site da Assembleia Municipal, no menu Documentação Diversa - aliás, aproveito para lembrar que foram criados, no site, novos espaços de partilha de informação - a Ação de Formação para técnicos do CLAIM sobre integração de Migrantes; três ofícios, de um Município, dirigidos à Câmara Municipal e à GNR de Ílhavo, com conhecimento à Assembleia Municipal, sobre incidentes no Centro de Ílhavo, junto ao Jardim Henriqueta Maia; a ATA n.º 15 / Regimento do Conselho Municipal de Educação de Ílhavo; a Posição pública dos Autarcas Social democratas sobre o processo de descentralização nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social; e, por último, a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2021 da Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga.»

Outros Assuntos

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':18")

«Permitam-me os caríssimos e as caríssimas Membros desta Assembleia Municipal que partilhe com todos vós umas palavras muito especiais. Nas últimas semanas tive

oportunidade de acompanhar, embora à distância, a dor e o sofrimento do Miguel Araújo, elemento importante e único do Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal de Ílhavo, sem o qual muito não se poderia realizar.

As últimas semanas foram marcantes para o Miguel - permitam-me que me dirija assim – que, mesmo vivendo a dor a consequência da perda da sua mãe, nunca deixou as suas responsabilidades. Não seria justo, após as últimas semanas, não fazermos aqui esta referência, reconhecimento e, claro, partilhar com o Miguel um forte obrigado.

O Miguel está de volta, cheio de força, sabendo, obviamente, que o luto leva o seu tempo a ultrapassar.

A Assembleia Municipal de Ílhavo apresenta aqui, uma vez mais, as condolências pelo falecimento da sua mãe.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09:29")

«Vamos abrir agora o período de intervenções do público. Não sei se há público que queira intervir. Hoje não temos intervenções. Muito bem.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09:47")

«Passemos então aos Votos de Louvor.

Chegou, dentro do determinado no Regimento, uma proposta de Voto de Louvor, subscrita pela Mesa da Assembleia, pelo Centenário ou pelo 100.º Aniversário do Jornal “O Ilhavense”.

A data assinalou-se no dia 21 de novembro de 2022. E, por esse facto, pela própria distância temporal, a proposta surge, agora, pela necessidade que verificámos em se repor alguma justiça já que, nem no dia 21 de novembro, nem em algum momento seguinte, nem nas duas Sessões já realizadas, nem nas várias reuniões da Câmara Municipal e nem nas Distinções Honoríficas atribuídas no Feriado Municipal, houve qualquer distinção ao jornal, numa data que nos parece, obviamente, um marco assinalável na história de qualquer instituição. É um século de “vida”.

Tendo o jornal a relevância que tem na cultura, história e defesa do Município, sendo uma referência para tantos e tantos ilhavenses espalhados pelo Mundo, e tendo uma presença assídua - pelo menos nos último 5 anos - nas Assembleias Municipais, a Mesa entendeu que era devida esta singela homenagem, independentemente de outras ações que possam, e devam, surgir, neste período que é de celebração do 100.º aniversário (pelo menos até 21 de novembro de 2022, quando comemorar os 101 anos.

Peço ao 1.º Secretário que proceda à leitura, seguindo-se a apreciação e votação.»

A transcrição, nesta Ata, da leitura do Voto de Louvor ao jornal “O Ilhavense”, fica dispensada pela anexação à mesma do documento que, em devido tempo, foi rececionado e enviado a todos os Membros da Assembleia Municipal. (11:30")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15:00")

«Pergunto se algum dos Grupos Municipais pretende subscrever este Voto de Louvor? O CHEGA, PSD e PS. Muito bem.»

Colocado, pelo Presidente da Assembleia Municipal, à votação, o Voto de Louvor pelo Centenário do jornal "O Ilhavense" foi aprovado por **Unanimidade**. (15':35")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15':47")

«O Sr. Presidente da Câmara Municipal queria dizer algumas palavras?»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (15':51")

«Muito boa noite a todos. É muito bom estarmos aqui juntos. Senti na pele a ausência de cinco dias do espaço público, pela razão pela qual muitos de nós já passámos. Mas penso que estou, aqui, em forma.

Penso que também ouvi bem o que o Sr. Presidente disse na nota introdutória, naquilo que é a nota de referência que a Mesa lançou, para que todos pudéssemos aqui votar. Queria recordá-lo que o Município de Ílhavo tem responsabilidades sobre aquilo que é o trabalho da comunicação social e que utiliza essa comunicação social para usar a sua transparência, no próprio dia 20 de novembro disse que "tivemos a sorte de nascer e viver num lugar onde habita o jornal 'O Ilhavense'. Sem este jornal seríamos todos mais pobres. Por isso, é com um sentimento de alegria e de gratidão que felicito o jornal 'O Ilhavense' pelos seus 100 anos".

Esta mensagem foi enviada, foi publicada no jornal desse mês e também acompanhámos todas as cerimónias que foram realizadas pelo jornal 'O Ilhavense', em representação da nossa Câmara, nas quais estive presente o meu Vice-presidente porque eu estive ausente em serviço, também desta Câmara. Mas estivemos lá representados. Portanto, também dignificámos, de uma certa forma. Pareceu-me que não referiu isso no início. Mas fica também esta nota para referência à Mesa da nossa Assembleia Municipal.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':27")

«Chegou também, e igualmente dentro do determinado no Regimento, uma proposta de Voto de Louvor, subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, a Nuno Miguel Jesus Costa que conquistou a medalha de bronze na prova de corta-mato longo e a medalha de ouro na prova de pista coberta 3.000 metros, pela seleção nacional, no escalão M40, no European Master Athletics, realizado em fevereiro, em Braga.

Peço ao 1.º Secretário que proceda à leitura, seguindo-se a apreciação e votação.»

A transcrição da leitura do Voto de Louvor a Nuno Miguel Costa fica dispensada pela anexação à mesma do documento que, em devido tempo, foi rececionado e enviado a todos os Membros da Assembleia Municipal. (18':07")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':52")

«Pergunto se algum dos Grupos Municipais pretende subscrever este Voto de Louvor? O UPF e o CHEGA. Muito bem.»

Colocado à votação, o Voto de Louvor pelo mérito desportivo de Nuno Miguel Jesus Costa foi aprovado por **Unanimidade**. (21':20")

José Pinto Reis - UPF: (21':45")

«Sr. Presidente. Gostava de fazer uma interpelação à Mesa. Boa noite. A minha interpelação tem a ver com a informação que nos foi prestada de que a Mesa pretenderia a ordem com que estamos a intervir na Assembleia. Eu gostaria de saber se a Mesa está disponível para considerar ligeiras alterações como, por exemplo, não haver duas intervenções seguidas de elementos do mesmo Grupo Municipal. Que as intervenções sejam alternadas, entre os Grupos, para que sejam criadas outras dinâmicas. E igualmente que na última ronda seja permitida a inscrição a todo o tempo, até que seja esgotado o tempo de cada Grupo Municipal. Gostaria de saber a opinião da Mesa e se estaria disponível para aceitar estas alterações.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':48")

«Relativamente ao facto das intervenções serem intercaladas. Nós já tínhamos referido isso no final da última reunião, que iríamos começar pelo CHEGA, depois pelo Partido Socialista, depois pelo Unir Para Fazer e depois pelo PSD. Isto no primeiro ponto. Neste caso, seria no Período de Antes da Ordem do Dia. Depois, no primeiro ponto da Ordem do Dia, iria começar então o PS, depois passaria para o Unir Para Fazer, depois o PSD e depois o CHEGA. E por aí em diante. Relativamente a esse facto de intercalarmos, podemos tentá-lo fazer. Creio é que para quem nos estará a ver no futuro, com as transmissões em streaming vai gerar alguma confusão, porque as pessoas não vão conseguir perceber se é o PSD que está a falar, se é o Unir que está a falar, se é o Partido Socialista que está a falar. No caso do CHEGA é mais fácil porque é só um elemento e, portanto, será sempre o Sérgio a falar. É uma situação que poderemos discutir, mas acho que, para haver uma maior transparência seria de manter este princípio que adotámos das intervenções serem por Grupo Municipal de forma rotativa. Relativamente ao último ponto, à última questão, não percebi muito bem. Temos um tempo limite, não é? Temos um tempo para gastar e permitir inscrições. Bom, isso figura numa alteração ao Regimento. Temos uma primeira intervenção e uma segunda intervenção. Eu coloco à consideração alguma posição do plenário, nesta matéria.»

Luís Leitão - PS: (25':12")

«Eu gostava de deixar duas notas sobre este assunto. Primeiro, por alguma coisa há o Regimento e se discute a forma como funciona esta Assembleia. Há situações que, independentemente de concordar ou não com a posição do José Pinto Reis, parece não serem ajustadas para aqui. Depois, para comentar também a forma. Para isso há a Conferência de Líderes que justifica a discussão de alguns assuntos. Depois, quanto à questão da ocupação dos tempos, isto não é propriamente uma salsicharia. Isto não é de carregar pela boca para queimar o tempo. Nós articulamos as nossas intervenções. Temos aquilo que entendemos por oportuno dizer e temos que ter o planeamento das nossas intervenções. Às vezes, com a onda e com o entusiasmo que colocamos nas discussões, temos o problema de ultrapassar o tempo e de não fazer o controle do tempo. Isto não é propriamente uma sessão de carregar pela boca que começa às nove e que termina quatorze horas depois. Temos que ser o mais pragmáticos possível e dignificar o ato pela importância dos assuntos e pela forma como os tratamos.»

José Pinto Reis - UPF: (26':45")

«Talvez me tenha explicado mal, mas só queria deixar claro que o nosso Regimento é omissivo em relação a esta problemática. Não há Conferências de Líderes e não sou eu que tenho capacidade para as convocar. E mais... este é o procedimento existente na Assembleia da República. Se não o queremos seguir, não queremos seguir. Vocês têm essa faculdade de decidir.»

Margarida Alves - PSD: (27':24")

«Caro Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Órgão máximo do Concelho de Ílhavo. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e respetivos Vereadores do Executivo. Caros Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo de todas as bancadas. Eu estou surpreendida com este pedido sem que tenha havido uma solicitação de uma Conferência de Líderes à Mesa antes de debater este assunto, porque existe um regimento e o Regimento é claro. É definido o tempo das bancadas, quais são as intervenções, são duas voltas. Portanto, é claro. Se não há uma convocação à Mesa para a realização de uma Conferência de Líderes para alteração do Regimento, eu acho que isto é um não assunto. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':12")

«Mais alguém se quer pronunciar? Não? Bem... a Conferência de Líderes é convocada por mim, Presidente da Assembleia Municipal, ou, então, por sugestão de qualquer Membro da Assembleia Municipal. Se for realmente importante, estou disponível para reunir com os restantes líderes dos Grupos Municipais para apreciarmos qualquer possível alteração ao Regimento. Entretanto, podemos continuar a trabalhar segundo o Regimento, com as condições que temos. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':48")

«Vamos então iniciar as intervenções para o Período de Antes da Ordem do Dia. Apelo, sem querer condicionar qualquer intervenção - apenas por uma questão de agilidade para que a Sessão não se estenda para além de 2 reuniões - ao poder de síntese dos intervenientes e que os temas não coincidam com o Ponto 3 da Ordem do Dia, que é a comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal. Portanto, vamos partir deste princípio. Vamos começar pelo CHEGA, depois o Partido Socialista, depois o Unir Para Fazer e depois o PSD. Abro, assim o período de inscrições para as respetivas intervenções.»

Sérgio Louro, CHEGA: (30':15")

«Boa noite ao Público que assiste aos trabalhos da Assembleia na Galeria. Boa noite caros Deputados e Sras. Deputadas. Boa noite à Mesa. Boa Noite ao Executivo. Queria saber, relativamente a assuntos que já trouxe aqui, nomeadamente o ponto de situação do elevador no estacionamento subterrâneo ao lado da Câmara. Ainda ontem utilizei o equipamento e pude observar que tudo continua igual. Queria também saber se houve alguma tomada de medida para resolver o esgoto a céu aberto que continua no ribeiro bem perto da entrada da Piscina Municipal de Ílhavo. É tudo. Obrigado.»

Diana Gandarinho, PS: (31':29")

«Boa noite a todos os presentes. Vou ser breve. Com a divulgação da lista das praias reconhecidas pela Associação da Bandeira Azul da Europa, encontramos 14 na Região de Aveiro, incluindo duas de Ílhavo, na Barra e na Costa Nova. Queria questionar o Executivo se irão olhar para a Praia do Oudinot e

agir sobre os critérios necessários para que cheguemos aí também à Bandeira Azul. Obrigada.»

Pedro Martins, PS: (32':02")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. Dois ou três pontos, aqui no PAOD. Dois pontos.

O primeiro tem a ver com o facto do 25 de Abril continuar a não ser comemorado de forma solene no Município e pela Câmara Municipal. Julgamos que é uma data tão marcante para o país e não só porque é uma data que é reconhecida, eu diria, em todo o Mundo pelas mudanças que gerou na nossa sociedade, a todos os níveis. Julgávamos que, com a mudança que aconteceu nas últimas eleições autárquicas na Câmara Municipal, com a mudança das pessoas, era uma oportunidade para, finalmente, se conferir a essa data a importância que ela, na verdade, tem para todos nós. Penso que isso é um património comum a todos nós, independentemente do partido A, B ou C. Julgo que é um património comum de todos. Portanto, é um desafio que se deixa aqui, à Câmara Municipal para, já que não foi este ano, que no próximo ano pensarmos nessa possibilidade de comemorarmos, de forma solene, em ato solene, o 25 de Abril no nosso Município, como acontece em tantos outros municípios espalhados pelo nosso país.

A propósito desse mesmo 25 de abril, o que vou referir de seguida também tem alguma ligação àquilo que aflorou com essa data de 74. É o facto, e aí estamos irmanados nesse propósito, foi esta semana, é público, da Câmara Municipal de Ílhavo ter introduzido algumas alterações no funcionamento do Órgão e ter aprovado, portanto, a transmissão em direto das reuniões de Câmara. Essa medida já tinha sido implementada aqui na Assembleia Municipal, aquando da alteração e da feitura do novo Regimento, das alterações que fizemos ao Regimento do funcionamento da Assembleia Municipal. Nessa altura já entendíamos, como continuamos a entender, que a transmissão em direto, em vídeo, pelas plataformas existentes – quaisquer que elas sejam – das reuniões, seja da Assembleia Municipal, seja da Câmara Municipal, conferem uma maior transparência, uma maior visibilidade às atividades e ao funcionamento do Órgão. Uma forma, também, de possibilitar um maior escrutínio do poder, mas não só. Um maior escrutínio do poder e das oposições. Queremos acreditar que, com as transmissões em direto, isso significará um reforço, uma melhoria, do modo como se preparam as reuniões, do modo como se defendem as diversas propostas que vêm a debate, porque sabemos que, diretamente, podemos ter o escrutínio daqueles que nos elegeram.

Isso é importante. É importante na Assembleia Municipal e é importante, também, na Câmara Municipal. Creio que daí resultarão melhores decisões e uma melhor gestão da vida pública.

Essencialmente, era isto que eu queria referir aqui. Portanto, felicitar a Câmara Municipal por essa decisão que eu sei que não foi unânime, mas é isto a democracia, é o jogo das maiorias e das minorias num regime que, apesar de tudo, é o regime que melhor gere o jogo político. É o regime que melhores regras consegue implementar para a gestão deste jogo que é o jogo político, o jogo da defesa dos interesses das populações. Muito obrigado.»

Luís Leitão, PS: (37':16")

«Boa noite a todos. Boa noite ao público. Boa noite aos colegas aqui presentes. Quería deixar três notas sobre o Feriado Municipal. Uma cerimónia onde eu raramente estou presente, mas que, pela força das tecnologias, foi possível assistir através da Rádio Terra Nova. Sobre esse assunto, gostava de deixar três notas que acho que são oportunas.

Uma primeira sobre as condecorações entregues na Sessão Solene. Não me parece que o modelo adotado faça muito sentido e que se deva, como tal, repetir. Retira a

solenidade que o momento merece, tanto como para os homenageados, como para os eleitos. Se é necessário arranjar outro local, mude-se o local onde se consiga receber todas as pessoas. Temos o Centro Cultural aqui ao lado, parece-me ser, como alternativa, o espaço correto.

Depois, sobre a organização das intervenções. Parece-me que a organização das intervenções deveria ser articulada com a Mesa da Assembleia Municipal ou, em última instância, eventualmente, com os serviços. A ordem das intervenções não respeitou o protocolo associado à ordem crescente da votação. Foi com imensa surpresa que percebi que o Unir Para Fazer tinha sido o último a intervir.

Por último, a participação do deputado do CHEGA que me envergonhou duplamente. Envergonhou-me porque uma intervenção miserável elevou-nos ao nível mais rasteiro do momento e, depois, porque o espírito desta cerimónia não é encomendar a um qualquer representante do partido que aqui está que venha fazer uma intervenção. Foi uma nódoa que eu espero não voltar a ver repetida e que a Câmara tem todo o direito de por cobro a este tipo de situação. Se, tal como eu não pude estar presente, o representante do CHEGA nesta Assembleia não poderia estar presente, tem uma lista com uma série de eleitos e mandava um substituto da lista à Assembleia Municipal. Em última instância, poderia, ainda, ir repescar algum membro da sua lista às autárquicas do Município de Ílhavo.

Portanto, fica a nota como compromisso para todos.

Depois, sobre as comemorações do 25 de Abril já o meu colega Pedro Martins fez intervenção que eu subscrevo.

Portanto, queria agora falar-vos sobre um momento muito importante para que o público aqui presente possa fazer eco, para que a comunicação social tome a devida nota e, também, para que todos aqui presentes possamos balizar o campo de atuação de todos nós.

Falo-vos sobre um processo de concurso público.

A Administração Pública e as Entidades Públicas quando contratam, sobre os mais diversos e diferentes objetos, ocorrem sempre procedimentos administrativos que são realizados por pessoas e a alma humana, infelizmente, em certas ocasiões deixa-se levar pelo sentido da vantagem ou outro nível, sobre o manto da aparente inocência, a decisão de contratar aqueles que nos são mais próximos ou que nos acompanharam ao longo de uma qualquer caminhada, ainda que aparentemente legal.

É nos processos da contratação pública que se identifica grande parte dos atos de corrupção que vamos vivendo na nossa sociedade. Significa que, nestes casos, o dinheiro público é gerido de forma escusa, irregular ou, até mesmo, ilegal, para dar guarida às vontades do gestor público ou dos seus companheiros, em detrimento dos interesses e dos processos estabelecidos para a gestão da coletividade.

Em virtude de práticas desviadas na gestão corporativa, está-se a utilizar um sistema que contempla as mais variadas ferramentas através do qual se objetiva a solidificação da cultura da ética e da integridade, a possibilidade de abertura de canais de denúncia, operações de investigações a fim de identificar desvios e a gestão de crises ocasionadas por estes naquilo que, tradicionalmente, se conhece por 'compliance'. É o palavrão, agora, da moda que se utiliza muito, nomeadamente nas entidades privadas que foram estipulando ao longo do tempo os limites para orientação dos seus colaboradores e da sua própria estrutura.

É de grande valia, com resultados altamente positivos, que os processo da contratação pública, mais ainda... que a Administração Pública ao realizar contratos faça um uso severo do sistema de 'compliance'. Um programa de 'compliance' baseia-se numa coisa muito simples que poderemos chamar de Código de Conduta Ética. Assim facilmente podemos evitar oportunidades com justificações para tomar decisões que sob a perspetiva individual podem fazer todo o sentido. Sobre a perspetiva daquela que será

a nossa empresa podem também fazer todo o sentido naquilo que será a nossa decisão. Mas sob a tutela da coisa pública a perspetiva tem que ser, necessariamente, diferente e deve-se obedecer a critérios bem mais rigorosos.

Tudo isto para vos falar do caso que a seguir passo a explicar.

Diria que poderia rotular o assunto como 'relação pouco ética entre a Câmara Municipal e a AD Communication Unipessoal, Lda.'. Ou seja. A AD Communication prestou serviço à Junta de Freguesia de São Salvador no mandato de 2017 a 2021. É do conhecimento público que prestou serviço à campanha eleitoral do UPF, ainda que não se conheçam as contas da campanha do UPF, ao contrário das demais forças políticas aqui presentes que entregaram os seus orçamentos à entidade de contas do Tribunal Constitucional. Seja com contas ou sem contas, esta relação existiu.

A Câmara celebrou um contrato de prestação e serviços em janeiro de 2022 no valor de 72 mil euros. Ou, se preferirem, no valor de 2,8 ou quase 3 salários mínimos por mês, acrescidos de IVA. No objetivo desta contratação consta serviços de consultadoria de comunicação, com um caderno de encargos definido. Diria também que nunca a Câmara Municipal precisou de recorrer a avenças para este efeito e questionamos também se não temos corpo técnico para estas tarefas. Mas competindo a decisão à presidência da Câmara, ao Executivo, consideramos que é legítima a tomada dessa decisão.

Planear e promover a imagem institucional do Município faz parte das tarefas encomendadas. Implementar uma estratégia de comunicação no Município de Ílhavo, também. E para mais nada. É só isto que consta do Caderno de Encargos.

O procedimento pré contratual leva a que haja uma consulta prévia com convites a três entidades. Apenas a AD Communication responde.

A AD Communication mantém relação com a Junta de Freguesia de São Salvador, envia notas de imprensa em nome da Junta de Freguesia sem qualquer relação contratual existente, o que, como bem sabemos, é legalmente questionável. Para não dizer que é ilegal. Mas coloco o questionável porque não sou eu propriamente um entendido nestas coisas. Perante a questão colocada pelo PS na última Assembleia de Freguesia, o Presidente da Junta assumiu uma relação informal de colaboração gratuita, o que é manifestamente proibido pela lei.

A AD Communication colabora com o Movimento UPF. Trata-se de um Movimento moderno e, pelos vistos, muito endinheirado. Envia notas de imprensa em nome do UPF. O UPF, cito pelo texto, 'move convenção no início da primavera' e, quando já vamos quase a meio da primavera, apesar de ainda não a ter feito pelo menos já a comunicou, sob a alçada da AD Communication. Adicionalmente, o UPF utiliza, sem qualquer pudor, [aviso do Presidente da Mesa para concluir a intervenção] com recurso aos meios da Câmara Municipal, comunicados escritos em computador da Câmara, conforme é verificável nas propriedades do documento que posso mostrar.

Abreviando, à laí da conclusão, a AD Communication colabora com a Câmara, com a Junta de São Salvador e com o UPF em simultâneo. Depois de colaborar com o Presidente da Junta, João Campolargo, entre 2017 e a campanha de 2021, é contratada pela Câmara Municipal através de procedimento pré contratual sem concorrência, sob a capa da consulta a outras empresas que não respondem. País este onde rareiam as empresas e os profissionais desta área com pouco ou nenhum trabalho, é de estranhar que ninguém responda.

Depois, a AD Communication colabora também com a Junta de Freguesia sem qualquer relação contratual. Os contornos desta colaboração são um manual sobre como não devem ser feitas as coisas, nem do ponto de vista legal, em alguns aspetos, muito menos do ponto de vista ético e da credibilização da política do início ao fim deste filme. Todos os seus apoiantes, todos aqueles que defendem processos claros e que lutaram por um processo de mudança devem-se sentir envergonhados.

O UPF, Movimento Independente, que usou essa condição para [aviso do Presidente da Mesa para concluir a intervenção] hostilizar os partidos de forma populista replica os piores procedimentos que já tivemos oportunidade de explicar. Tenho dito.»

José Pinto Reis, UPF: (48':30") – **Defesa da Honra**

«Muito rápido. A ignorância dos factos não leva a que se possa dizer tudo e sobre todos. O UPF apresentou as suas contas à entidade reguladora, à entidade fiscalizadora das contas dos partidos políticos e entidades políticas. Por isso, fazer a acusação de que nós não teríamos apresentado as nossas contas é grave. Ficam essas palavras com quem as profere.»

Luís Leitão, PS: (49':10")

«Como resposta à defesa da honra, sublinho e reforço a minha intervenção.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (49':30")

«Ex.mo Sr. presidente da Mesa, restantes membros, Sr. Presidente do Executivo e restantes Vereadores. Caros colegas, membros desta Assembleia, público aqui presente, muito boa noite a todos.

Desde a nossa última Assembleia, tivemos o prazer de celebrar o nosso Dia do Município, foi uma oportunidade para nos orgulhar do local onde vivemos, das potencialidades a explorar, da dinâmica económico-social, da nossa cultura, das referências que foram sendo construídas ao longo dos anos, dos nossos anteriores executivos, do que queremos do nosso atual, do que queremos dos futuros, etc.

Gostaria de vos transmitir o meu sentimento após ouvir com atenção todos os discursos efetuados, e, para mim, existem mais pontos que nos unem a todos aqui presentes, do que aqueles em que divergimos.

Mas se penso assim quanto aos objetivos que partilhamos, já com a forma temos muitas divergências.

Temos consciência que viemos interferir no poder alternado nas últimas 4 décadas, entre o PSD e o PS, neste Executivo Camarário, mas o povo Ilhavense veio dizer que quer diferente, e vai ter de ser diferente, tanto pelos novos protagonistas acolá sentados, como pela exigência que todos nós nesta Assembleia devemos ter.

Temos uma nova realidade, que tem custado a ser assimilada por muitos, e por isso usam todas as formas e meios para desprestigiar o trabalho feito e para empolar casos, que se olhassem para o espelho, muitas vezes, pensaríamos todos duas vezes.

O Movimento Independente 'Unir Para Fazer', que lidera o Executivo desta Câmara Municipal, tem precisamente neste fórum sido alvo de alguma sobrançeria por parte da oposição, como se provam as várias intervenções, em que nos apelidam de SUB 21, o PS - B, o PSD - B, inexperientes, mal preparados, etc. Penso que não há dúvida daquilo que acabei de dizer porque as atas comprovam exatamente isto.

Estamos aqui para trabalhar, no nosso ritmo, nas nossas opções, com as nossas pessoas e principalmente com os nossos municípios.

A nossa oposição pode viabilizar Orçamentos e Planos, com medo das consequências políticas, mas utilizam outras formas de contrapoder e de destabilização para se afirmarem.

Registo que o PSD local está como o PSD Nacional, a deixar a oposição para terceiros. Se a nível nacional, as más-línguas dizem que o Chega é, neste momento, a liderança da oposição, vejo que, em Ílhavo, o PS está a conseguir que o PSD vá de encontro ao que lhe interessa.

Duas simples questões: para o PSD ter a Liderança desta Mesa precisava de fazer acordo com o PS? O PSD votaria a favor da alteração do Regimento do Executivo

Camarário, nos últimos 24 anos, nos termos que foi proposto pelo PS, como o fez ontem?

Verificamos que o PS aposta muito forte em transmitir uma imagem nos meios de comunicação, de grande dinâmica no nosso Concelho, no entanto, é só imagem superficial, pois, em 2021, demonstrou falta de análise estratégica ao perder a maior oportunidade, penso eu, de voltar a ter a liderança desta Câmara.

Não ousa colocar em causa qualquer legitimidade de qualquer interveniente, que a têm, tão só, e exclusivamente, a minha opinião sobre as decisões politicamente tomadas.

O Unir para Fazer, gostaria de felicitar o Carlos Rocha e João Braga, aqui presentes, pela sua tomada de posse como membros do Conselho Geral da ANAFRE, reforçando assim o peso do nosso Município num importante Órgão Nacional.

Agora, para terminar, gostaria de apresentar três questões ao nosso Executivo, como tenho feito, de forma direta, porque são as preocupações que nos fazem chegar os eleitores de todos nós:

Logo na nossa primeira sessão desta Assembleia Ordinária, fiz aqui uma intervenção a questionar sobre as apressadas pavimentações que foram realizadas pelo anterior Executivo, antes das últimas eleições autárquicas, e que na altura não tinham as marcações horizontais realizadas, como limites de via e essencialmente passeadeiras. Hoje, terei de voltar a fazer a mesma questão, Sr. Presidente.

A Rua Pedro Nunes na Gafanha Nazaré entronca no meio de uma estrada paralela à A25 (antes da PRIO, quem vem de Aveiro, no sentido da Barra existe uma estrada paralela, a Rua Pedro Nunes, se forem ao google conseguem verificar), que, por esta ter prioridade - a tal paralela à A25 - provoca, no meio de uma extensa reta, um STOP, que não se torna muito perceptível a quem não conhece. Na última semana de abril, registaram-se três acidentes nesse local. A própria GNR da Gafanha da Nazaré, entende que deve ser feita uma intervenção para evitar situações que podem implicar consequências, além de estragos materiais. Sou-vos franco, não conhecia este entroncamento e fui pessoalmente ver. Se forem ver, se calhara haverá alguma justificação para aquilo acontecer. Foi um problema que nos trouxeram.

Para terminar, o CROACI - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo tem exercido a sua atividade com, infelizmente, muitas entradas e, felizmente, com algumas adoções, como aliás vamos ver na atividade da Câmara, em ponto da ordem de trabalhos um pouco mais à frente. Já agora só um pequeno reparo antecipado, não sei quantos animais estão lá. A informação não diz. Mas voltando à questão, anuncia a CIRA, às suas próprias custas, com pompa e circunstância, a construção de três polos, a implementar em Aveiro, Águeda e Ovar. Neste caso, chama-lhes CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais. O que refere o Relatório da Atividade da CIRA é que os três polos, a construir por eles, se vão juntar ao de Ílhavo para uma resposta intermunicipal. Estou a ver bem, ou o investimento do nosso Orçamento Municipal será aproveitado para um interesse intermunicipal? É tudo. Obrigado por me ouvirem.»

Flor Agostinho, PSD: (49:30")

«Boa noite a todos. Também ao público aqui presente.

Face ao ocorrido no passado dia 18 de abril de 2022, aquando das comemorações do Feriado Municipal de Ílhavo, e aos comentários que se fizeram ouvir sobre a forma como decorreu a Sessão, cumpre-nos tecer algumas considerações por quanto aquele ato decorreu durante uma sessão com a participação dos Membros desta Assembleia.

Efetivamente somos pela mudança e pelo reformismo enquanto partido político que, hoje, comemora 48 anos de vida. No entanto, sabemos que mudanças só fazem sentido se forem para melhorar algo de forma sustentada, fundamentada e criativa. Caso contrário, será melhor manter o que está.

Ao fracionar-se a referida sessão em duas partes pensamos que foi desvirtuado e esvaziado o sentido e o propósito da sessão que tem decorrido ao longo dos últimos 24 anos, com exceção dos anos marcados pela COVID-19, com a participação da população e a dignificação que os homenageados merecem ao serem titulados e condecorados na presença e com o reconhecimento daqueles em quem a população depositou o encargo de os representar: os eleitos locais.

Não se compreende que as personalidades e as Associações tenham sido condecoradas num local e ambiente que não tenha proporcionado o verdadeiro reconhecimento dos seus desempenhos e feitos por aqueles que têm a obrigação de lhes agradecer o trabalho e o empenho em prol do crescimento da população e do desenvolvimento do Concelho. Ou seja, na presença dos eleitos locais e na casa da democracia local, o Salão Nobre dos Paços do Município.

Facilmente foi constatado que, durante a manhã, muitos lugares ficaram vagos no Salão Nobre e, durante a tarde, adesão da população foi muito reduzida, devendo-se tirar daqui as devidas conclusões para o futuro próximo.

Lamento igualmente o não cumprimento do protocolo habitual nestas sessões ao não se respeitar o facto do representante do partido com mais membros nesta Assembleia Municipal não ter discursado imediatamente antes do Sr. Presidente da Câmara e igualmente o facto de este não ter ficado sentado ao lado do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, como protocolarmente deveria ter sido. São alterações protocolares que nos parecem desproporcionadas e certamente que os respetivos serviços da Autarquia responsáveis saberão corrigir no futuro próximo, porque só assim se poderá reconhecer a sua competência demonstrada ao longo dos últimos anos.

Como autarca não poderei deixar de registar também o facto de, pela primeira vez, não ter sido homenageado um funcionário ou um ex trabalhador da Autarquia, facto que sempre enalteci por ser a melhor forma de reconhecermos o trabalho daqueles que diariamente desempenham as funções na autarquia com sentido de exemplo para todos.

Para terminar, quero manifestar que, em nome do PSD, estaremos disponíveis para colaborar futuramente para que este tipo de atos solenes tenham a dignidade e a elevação que merecem.

Aproveito ainda para agradecer a informação que o Luís Leitão aqui nos trouxe porque, pessoalmente, desconhecia. Fiquei alertado e como o Luís Leitão sabe perfeitamente corroboro as suas posições e com o que disse, porque esse é o meu dia a dia e não poderei pactuar com aquilo que acabou de dizer. Uma consulta prévia onde só responde um, há duas barrigas de aluguer, certamente. Acho que isto deve ser explorado ou deve ser analisado e deve ser questionado.

Relativamente àquela intervenção sobre o que se passou ontem, sobre a publicação, só queria relembrar o Movimento 'Unir Para Fazer', que o seu programa, tanto quanto eu sei – por isso é que me admirei da votação de ontem – diz que as reuniões passarão a ser divulgadas através de publicações, através de transmissões. Isto é o que o programa diz. E ontem fiquei muito admirado com a votação que se realizou na Câmara Municipal porque eu estava convencido que o Movimento iria aprovar em função e de acordo com aquilo que está no seu programa que eu guardo religiosamente, que é para que o povo tenha conhecimento que uma coisa é o que está escrito e outra coisa é aquilo que é feito. Tenho dito.»

Margarida Alves, PSD: (01:00':58")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo. Respetivos Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e Executivo - vereadores com e sem pelouro, porque os que não têm pelouro também são Executivo camarário. Caros Membros da Assembleia Municipal de todas as bancadas. Caro público. Cara Comunicação Social.

Por coincidência, hoje, o Partido Social Democrata festeja o seu 48.º aniversário como partido democrático e partido popular em Portugal pós 25 de Abril. Somos um partido humanista, reformista e aberto à sociedade, às pessoas. Somos um partido livre e democrático. Existe liberdade de pensamento. Nunca negámos a nossa história. Vamos adaptando a novas realidades, às novas tecnologias, as novas pandemias. Ajustámos as nossas regras internas, sabendo tomar decisões difíceis, privilegiando sempre a proteção dos que mais necessitam, dos mais vulneráveis, e sempre, como meta, o fortalecimento da economia e da classe média, que nos permita uma sociedade mais justa e mais próspera. Temos tido muitas tormentas, mas temos sabido ultrapassá-las, sem medos. Fazemos parte da solução para a construção e uma sociedade melhor e maior. Estamos aqui para somar, mas sem populismo e demagogias vagas. E sim... fui eu que escrevi o discurso do Feriado Municipal. Não tive apoio do partido porque o partido acredita naquilo que eu defendo há mais de 40 anos. É um partido que tem 48 anos de história e os seus militantes sabem as regras, sabem como é que as coisas funcionam. É assim no Partido Social Democrata e acredito que em todos os partidos também seja assim, porque há regras, há cartas de compromissos, têm estatutos, etc., etc., etc. Não é ao 'deus dará' que nós estamos aqui.

Caros Membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Entristece-me que no dia 25 de abril de 2022 tenha sido tomada uma decisão, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores com pelouro atribuídos, de apoiar a atividade 'Carnaval Tradicional', com o tema 'Carnaval de Vale de Ílhavo 2022'. Ultrapassando um mês e vinte e cinco dias de abril do festejo do mesmo – o Carnaval foi celebrado no dia 1 de março. O feriado que simboliza a liberdade foi, permitam-me a expressão e crítica, banalizado.

Minhas Sras. e meus Srs., as conquistas de Abril foram o ponto final à censura que custou vidas, sacrifícios e torturas. O 25 de Abril não é um carnaval para a democracia portuguesa, é um dia sagrado para a democracia portuguesa. Como filha da madrugada que sou, que nasceu num dos meses de verão de 74, considero que foi indigno para os Municípios de Ílhavo e para os portugueses o que sucedeu em Vale de Ílhavo, principalmente para os que lutaram e continuam a lutar pelos valores da democracia e por uma sociedade mais justa, por um país mais livre. E que permitem que os movimentos, como o 'Unir Para Fazer', existam.

Não podemos deixar de registar o que ficou presente na Sessão Solene do Feriado Municipal de Ílhavo, no discurso do Movimento 'Unir Para Fazer', ao mencionar 'ilhavenses e gafanhões' e a alteração hipotética da data do feriado. Será para os ilhavenses ou para os gafanhões? Pergunto eu. E que nos mostra um sentido de divisão nesse discurso. Nós estamos aqui para congregar, não é para dividir. Em 44 anos estivemos 40 no governo. Quem conhece Ílhavo sabe o que este Concelho evoluiu e sabe que nós não estamos aqui para brincar.

O que aconteceu ontem, não foi um voto de coligação entre PS e PSD. Foi uma sugestão do Partido Socialista e que o Partido Social Democrata, mediante aquilo que tem acontecido com a pandemia, com as videoconferências, com as reuniões por internet, entendeu que 'sim senhor', votámos favoravelmente já que o Unir Para Fazer demonstrou, na campanha eleitoral, que estava disponível para se aproximar das pessoas. Da mesma forma que esta Assembleia Municipal aprovou e vai fazer a revisão regimentar para que as pessoas assistam ao trabalho que nós fazemos aqui e para que as pessoas percebam que isto não é uma brincadeira.

As pessoas depositaram o voto em nós e são as pessoas que interessam. Não são os egos. Mas que defesa da honra?! Mas o que é isto?! Chegamos aqui com uma proposta ridícula sobre um regimento. Temos regras. A democracia só funciona com regras. Se não é para entender isto, nos meus 48 anos de vida, começo a ficar preocupada que posso voltar que possamos voltar aos anos do meu avô. E eu não quero isso. Eu não

quero uma balbúrdia, quero uma sociedade organizada, com regras. E uma coisa eu sei. Os partidos democráticos têm estatutos, têm cartas de compromissos, vão a votos e as pessoas sabem naquilo que estão a votar. E há aqueles partidos que deixam obra, orgulhosamente. E temos muito orgulho de fazermos parte do Partido Social Democrata que deixa obra por onde passa. E nos momentos da banca rôta, dos três momentos, estivemos lá e dissemos 'estamos aqui para ajudar', 'estamos aqui' e 'vai ser duro'. Nunca dissemos uma inverdade. Não entrámos na demagogia. Não entrámos no congelamento de carreiras - aliás, já estavam congeladas quando nós lá fomos; não fomos nós que cortámos os salários, porque os salários já estavam cortados; é que a memória não pode ser curta. Foi em 2010. Pois foi, pois foi. Mas como disse o Primeiro-ministro da altura 'eu não abandono o país, eu não abandono os portugueses'. Da mesma forma que o Partido Social Democrata, com todas as ameaças que possam advir a partir desta Assembleia Municipal e as próximas reuniões de Câmara, nunca vai abandonar os ilhavenses. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:07:45")

«Muito obrigado. Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:07:57")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Nem sei por onde é que hei de começar com tantas histórias que se contam aqui. Umas que nem cumpre ao Presidente justificar, outras que ainda tenho que justificar. E agora ainda outros vêm para aqui inspecionar. Mas eu fico contente com isso, porque o Movimento 'Unir Para Fazer' dá para que os outros também façam história. Essa história está a ser registada todos os dias pelos cidadãos ilhavenses e que também congratulam o Sr. Presidente por algumas decisões que vai tomando. Mas nós vamos sendo condescendentes com os nossos autarcas que estão, aqui, na Assembleia Municipal, que têm tido sempre cargos de relevo nesta Assembleia Municipal e com os quais também já trabalhei noutros períodos. E vi as votações, vi as decisões. Fico muito contente, mas também não vou, aqui, puxar o filme atrás porque se não teria uma série de coisas para falar, como o Sr. Luís Leitão que trouxe para aqui coisas. Está preocupadíssimo, coitado. Nunca percebeu nada sobre o que é que é uma contratação. Nunca contratou um serviço de comunicação. Nunca contratou um serviço de marketing. Não sabe nada disto. E quando divide os valores, fica um bocadinho perdido com os valores. Eu gosto de si assim. É uma coisa que eu gosto, é de si assim. Porque o Sr. conhece, melhor que ninguém, pelas funções que executa - e que eu respeito muito, como sabe... eu era incapaz de fazer o que hoje o Sr. fez. Era incapaz, como qualquer técnico que esteja no mercado. Incapaz.

E era incapaz de vir para aqui com um texto encomendado. Incapaz, desculpe que lhe diga. Essa história nós sabemos por onde é que ela chegou. E sabemos o que já fizemos. E sabemos o que é que os técnicos municipais têm tido, nos últimos anos, do PS de Ílhavo. Nós reconhecemos isso tudo. Eu não ando aqui por ver andar os outros. Ando aqui, como já o disse ontem, enquanto eu estiver bem, de consciência perfeita, enquanto me conseguirem respeitar e eu conseguir respeitar os outros, que é uma coisa que sempre me ensinaram. Portanto, não vou falhar.

Fico triste por, da sua parte, vir com este tipo de argumentação para uma Assembleia Municipal e para um espaço público. A saber tão bem o que contrata para as suas exposições, para o trabalho de comunicação que faz e para o sucesso que tem tido na sua carreira profissional, agarrado a uma grande marca que eu aqui não vou publicitar. [interjeição do eleito Luís Leitão] Desculpe, o Sr. tem que ouvir. Porque a mim custa-me ouvir quando as pessoas são excelentes profissionais e as trazemos para aqui, para um

sítio onde temos comunicação social – que todos respeitamos – e onde temos aqui pessoas que até disseram ‘fico contente por saber, porque agora até vou ver como é que é isto’. Nós sabemos o que é andar com uma pasta na mão, de um lado para o outro, e andar a ver essas coisas. Também o fazemos todos os dias, já o faço há 35 anos.

Eu respondia ao Sr. Sérgio Louro que relativamente ao processo. O Sr. sabe, desde o início, e nós tivemos sempre este cuidado de transmitir, que a questão do nosso parque de estacionamento que se encontra por baixo do Centro Cultural de Ílhavo, tem um problema jurídico. Portanto, a Câmara não quer intervir, nem quer tratar, nem tem que tratar porque isso tem um processo que alguém tem que responder sobre ele. Neste caso o Sr. Presidente já está embrulhado, mas que representa 4 milhões de euros. O que a empresa nos disse é que a questão do elevador já está resolvida, a empresa é que não vem prestar o serviço que nós lhe pedimos.

Por outro lado, a construção desse elevador, no sítio em que foi, humedece sempre os equipamentos e temos sempre problemas ali com os controlos eletrónicos que temos lá. A nossa resposta foi ‘os Srs. podem justificar como quiserem, nós queremos é o equipamento a trabalhar’. É isto que lhes temos pedido, é isto que tem sido a nossa exigência.

Relativamente ao esgoto a céu aberto. Fizemos uma visita assim que o Sr. nos mostrou essa preocupação. Para mim não era desconhecido porque frequento a piscina quando posso. Diligenciámos com a AdRA para perceber se a conduta que temos lá, quando entra em sobrecarga, não descarrega para a vala. Pedimos uma intervenção e quando tivermos essa intervenção feita penso que se irão melhorar os resultados daquela vala hidráulica que era o rio de Ílhavo e que funciona ali.

Em relação à Diana Gandarinho. É uma questão que podemos pensar. A praia do Oudínót tem um valor especial para muita gente. É uma questão que podemos pensar. Neste momento não lhe posso dizer mais nada porque não tenho aqui presente todas as condições que uma praia, para ter uma bandeira azul, tem que cumprir. Mas podemos pensar, podemos ver. O que eu sei é que temos tido problemas históricos, muitas vezes falados aqui nesta Assembleia. Penso que será um projeto complicado. A água fica ali estaque e neste momento está a sofrer um assoreamento tremendo. Estivemos lá no outro dia a ver. Mas vamos ver o que é que ainda se pode fazer para melhorar, para já, a condição existente e, depois, se houver outras coisas também temos o tempo para o fazer.

Quanto ao Sr. Pedro Martins e o Sr. professor Flor Agostinho, também. Dizer-vos que, realmente, o 25 de Abril merece ser comemorado. Eu faço-o. Na nossa Colónia Agrícola faz-se na Sra. dos Campos em jeito de festa, também. Comemora-se sempre lá. Noutros sítios onde eu estive presente também. Para além de ter estado no Carnaval também o comemorámos em família. Sabemos o que é que isso representa para todos nós.

Se a Autarquia o entender, em próximos 25 de Abril claro que se há de comemorar e se há de fazer. Eu próprio demonstrei isso enquanto Presidente e Autarca da Junta de Freguesia. Fiz sempre comemorações do 25 de Abril. O tempo não dá para muito mais. Se não o comemorámos, temos essa ideia de o fazer. Vamos fazê-lo e dignificar isso. Ficou, aqui, provado pelos Membros da Assembleia que deve ser feito e tratado.

Relativamente ao Sr. Pedro Martins e à alteração do regimento na Câmara não tenho muito mais a dizer. Já ontem dei as satisfações necessárias. O que nós achamos é que ambas as posições que foram tomadas nesta Assembleia referem-se, unicamente, a uma posição. O conteúdo da proposta tinha muitas mais posições e se olharmos para o passado e para o conteúdo de propostas que chegaram pelo mesmo partido, tivemos aqui um partido que se encostou à esquerda e que deixou de estar à direita nas suas posições. Não sou eu que o tenho que definir. Não sou eu que o tenho que fazer. Foi apenas aquilo que eu senti.

Nós achamos que durante estes 7 meses, e que está evidenciado, demonstrámos sempre um ou outro problema, tivemos que levar algumas questões para que não houvesse ratificações – que era uma coisa que o PS sempre evidenciou que as ratificações não devem acontecer – e que era um habitué. Tivemos o cuidado de ver a quantidade de ratificações que existiam quando a governação do PSD esteve na Câmara. Respeitamos completamente essa situação, já que muitas delas advêm da falta de tempo e de disponibilidade. Hoje dá-se uma inversão e afinal, agora, tem que ser tudo possível. Não percebo isto, fico baralhado. Os técnicos, agora, já escrevem mal. Fico baralhado com isto tudo. Eu não percebo o que é que temos aqui, mas há aqui qualquer coisa que estamos a tentar evidenciar perante pessoas que têm um valor incondicional para os nossos municípios e que são sempre valorizados por nós, que são os funcionários públicos. Nós temos que ter algum cuidado como falamos e dizemos as coisas. Fica a minha nota sobre isto, não me vou adiantar muito mais.

Eu não sei se a Câmara e o seu Executivo ainda vão apresentar uma posição sobre um regimento que achamos que é coerente. Eu não tenho que estar todos os dias à hora que eu entender na Câmara – que é, normalmente, entre as 7 e as 8 da manhã – e depois ainda ter uma reunião às 5 da tarde e depois o público às 6 e meia. E isto duas vezes. E depois contratar sistemas de vídeo, tendo, até, reuniões descentralizadas. Hoje vamos para ali, amanhã vamos para acolá. Não percebo muito bem o que está na cabeça das pessoas. O que tem vindo a ser tomado como posição até aqui. E é só para 1 de setembro, não é amanhã. Não percebo, fico completamente baralhado. Acho que quem me está a ouvir estará a tirar conclusões deste género. Mas se não as tirar eu também as entendo e estou cá, como disse, enquanto estiver estarei pela justiça, pela defesa daqueles que nos elegeram e por aquilo que é a nossa comunidade. Fico baralhado com tudo o que ouvi aqui hoje e, pela minha parte, não irão ouvir mais nenhum comentário sobre esta matéria.

Relativamente às três notas do Sr. Luís Leitão. Uma já lhe dei a referência. Voltaria a dizer-lhe o mesmo. Custou-me ouvir aquilo que disse e irá sempre custar-me aquilo que ainda possa vir a dizer sobre essa matéria. Vou deixar às pessoas que têm responsabilidade sobre a administração dos processos, onde eu também tenho, se tiverem que ser julgadas eu estarei lá, se não tiverem que ser julgadas, como outros processos que aconteceram anteriormente, vêm à berlinda e depois caem. Nós temos coisas que apareceram aí na rua, toda a gente se lembra de cartazes e mais cartazes e depois deu no que deu. Deixemos isso para outras romarias e depois cá estaremos para defender o que tiver que ser.

Eu percebo. O Sr. gostou, numa ocasião, de estar ao lado do Sr. Rufino a assinar uma folhinha de militante do PSD. Depois gosta de estar no PS. E chega ao Museu e diz que agora é que vai e, se calhar, agora está à procura do UPF. Tenha calma, Sr. Luís Leitão. Nós temos o tempo necessário para decidir as coisas. [interjeição do eleito Luís Leitão]. Enquanto o Sr. falou não abri a minha boca. Não tem a ver com mentira ou verdade. O Sr. tem que ouvir e se tiver oportunidade de responder, responde.» [interrupção]

Da Assembleia Municipal

Luís Leitão, PS: (01:18:38")

«Sr. Presidente. Peço a defesa da honra porque eu não posso admitir uma coisa destas».

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18:44")

«Luís Leitão. Vamos deixar o Sr. Presidente da Câmara terminar a sua intervenção.»

Luis Leitão, PS: (01:18:48")

«Uma coisa é discutirmos as nossas posições, outra coisa é virmos para aqui com brincadeiras.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18:51")

«Depois do Sr. Presidente da Câmara terminar, vai ter direito aos 3 minutos para defender a honra. Sr. Presidente da Câmara, faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:18:57")

«[continuação da intervenção] relativamente a estas questões que o Sr. Pedro Cristo também falou, a Margarida Alves e o Flor Agostinho, eu teria a dizer três notas.

Relativamente ao CIROA, a Câmara Municipal, como já o disse aqui, está a fazer uma ampliação do nosso canil municipal, que é o CROACI. Mas temos um projeto intermunicipal onde o Executivo anterior mostrou disponibilidade de investimento também nessa área. Só que o projeto que foi apresentado pela CIRA caiu. Neste momento nós estamos à procura de um novo projeto que dê resposta e, ao mesmo tempo, alguém que o faça. Estamos aqui numa situação em que há municípios, dentro da CIRA, que concordam continuarmos a avançar com este processo. Entretanto, Albergaria-a-Velha já abriu um canil, Anadia também já abriu. Há muitas soluções que estão a aparecer. Eu não sei muito bem como é que vai terminar esta questão do CIROA. No entanto, ainda está em cima da mesa, nas nossas reuniões mensais.

Quanto às pavimentações. No passado, acho eu que se contratualizaram as pavimentações e também as pinturas. Nós não conseguimos é que os empreiteiros se responsabilizem por essa situação, nem acabou o prazo limite para essas situações. Alegam que agora foi o COVID. Não temos os técnicos para fazer as pinturas. Não temos isto, nem aquilo. Estava tudo definido no contrato e, portanto, temos isto na nossa área das obras. Não tenho uma resposta em concreto para lhe dizer se amanhã eles vão aparecer para fazerem as pinturas ou não. Não me interessa aqui defender esta situação, porque eu não consigo assumir pelos outros esta responsabilidade dos subempreiteiros. Peço desculpa a toda a Assembleia, mas é a situação que nós temos. Não consigo fazer nada sobre isso.

Relativamente ao Feriado Municipal. Acho que sim. Todos nós estamos a aprender, todos os dias, com os erros e com aquilo que fazemos de bem.

Quería só fazer uma referência. Aquilo que foram os lugares vagos na Assembleia foram pessoas que faltaram. Não sei se foi por questões de COVID, se foi por outras questões, se foi por outros imprevistos. Tínhamos tudo reservado, as pessoas tiveram esse cuidado de nos informar. Não sei porque é que aconteceu, ninguém nos deu essa satisfação. Ficámos muito orgulhosos das pessoas que apareceram. Ficámos também satisfeitos com os discursos. Acho que nós estivemos todos muito bem.

Tentámos também uma mudança para engrandecer os homenageados. E deixaria aqui uma nota ao professor Flor Agostinho relativamente aos nossos funcionários. Como sabe, isto tem por base um regulamento. Os Chefes de Divisão têm que se pronunciar sobre isto e não tínhamos nenhuma situação para trazer neste momento. Desculpe lá, disse precisamente o contrário disto, mas foi isto que aconteceu. Pode lamentar. Posso lhe dizer mais concretamente que, neste momento, nós, em termos de funcionários após a aposentação – que é do que estamos a falar – não tínhamos referência nenhuma sobre aquilo que o regulamento preconiza em termos de idade. Tivemos esse cuidado. É o artigo 12.º do regulamento. Não preciso de dizer muito mais, depois, se quiser saber mais alguma coisa. Foi isto que nos referenciaram. Nós trabalhamos em equipa, como

o Sr. refere, e bem, e é isto que temos para lhe dizer. Não há aqui nenhuma nota que nos diga, 'aconteceu isto e temos esta pessoa'.

Eu acredito, mas se calhar não tem todos os requisitos perante o regulamento, percebe? Nós tivemos esse cuidado porque eles aposentaram-se durante a nossa permanência aqui. Portanto, sabemos disso.

Relativamente à Margarida Alves. Eu vou transmitir aos 'Baldas' a insatisfação que demonstrou aqui, em relação à organização do Carnaval. Eu penso que eles tiveram o objetivo de não sacrificar muito as despesas que já estavam colocadas. Quando nós tomámos a posição nesta última vaga do COVID não foi uma situação fácil para nós, Câmara. Posso já dizer-lhe. Não era uma situação que via em pleno de mudarmos a data. Desfazer isto tudo, nem eu, nem a Vereadora Mariana estávamos a ver uma solução para desinvestimentos. E aceitámos, como é que eu hei de dizer, sem haver esta repercussão. Está a ver? Mas acho que as coisas correram bem. Não foi o sucesso desejado, digo-lhe. Está fora de época, as pessoas tiveram outros argumentos, outras coisas chamaram por elas. Não tivemos aqui comemorações fortes em redor do 25 de Abril, nem nos outros municípios aqui em redor. Mas fez-se. Cumpriu-se. Trouxeram os carros onde tinham investido dinheiro, as pessoas tinham investido em roupa. As pessoas vieram, festejaram. Acho que foi um bom momento para todas aquelas pessoas que festejaram e participaram. O curso, quanto a mim, este ano, estava melhor, estava melhor qualificado e acho que teria sido um grande Carnaval se tivesse acontecido em fevereiro. Aconteceu tudo isto e não posso dizer-lhe muito mais. Por um lado, concordo com o que diz, por outro lado também vejo e percebo a posição da nossa associação porque não sabiam o que decidir e foi encontrada uma posição concertada.

Relativamente as estas questões e ao que se passou no Feriado Municipal faz-nos pensar. Eu dir-vos-ia e já se falou nisso na Terra Nova, e o professor Flor Agostinho também, relativamente aos funcionários municipais. Eles têm a intervenção que sempre tiveram até aqui. Não coloquem o ónus nos funcionários municipais porque as coisas não são como vocês fazem a leitura. Mas eu não vou adiantar muito mais, nem quero saber se todos tinham a mesma experiência dentro da Câmara ou não. Vou-me afastar desse tipo de comentários, permitam-me. Se a senhora tem essas informações, eu valorizo. Olhe, eu não as tenho e sou o Presidente da Câmara. Se a senhora as tem, eu valorizo. E preocupo-me com todos, neste momento, e não me preocupo com um. E fico triste por isso se saber. Portanto, relativamente a essa matéria não posso dizer muito mais. É tudo. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:25':04")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Luís Leitão, defesa da honra até 3 minutos.»

Luís Leitão, PS: (01:26':02")

«Rapidamente porque não me interessa estar aqui, agora... há bocado falei numa salsicharia, isto também não é nenhuma lavandaria, não estou aqui para lavar roupa suja. É atendendo ao tom que o Sr. Presidente colocou na resposta.

Sabe que eu também aprecio muito V. Exa. Estamos em campos opostos em termos políticos, mas em termos pessoais sabe a simpatia que eu tenho por V. Exa. Não lhe dá o direito, contudo, de não me responder à minha qualidade de deputado ou membro desta Assembleia. De lhe ter feito perguntas às quais o Sr. não respondeu e tentou baralhar isto tudo e lançar a confusão.

Quería-lhe dizer duas coisas. Primeiro, não confunda um ato de brincadeira com atos de filiação. Independentemente disso, a história até é pública. Eu assinei os mesmos papéis que V. Exa. assinou. Só que o Sr. concorreu por um Movimento que fez e eu

concorri pela lista do PSD porque não concordei com o mandato miserável que o Partido Socialista fez nos quatro anos que esteve à frente da Câmara. E ponto. E entendi apoiar o Ribau Esteves e não me arrependi coisa nenhuma, pelo menos nos primeiros anos dos eu mandato. Faria rigorosamente a mesma coisa. Assinei um papel, só que ao contrário de V. Exa. O Sr. entendeu fazer um modelo à sua medida e dou-lhe os parabéns, e ao contrário daquilo que nós pensávamos V. Exa. ganhou. E essa coroa de louros ninguém lha tira. Tudo o resto, meu caro amigo, o Sr. tem que estar ao nível da posição que ocupa, tem que responder com a dignidade às perguntas que lhe fazem. Ou então finja-se de morto e não responda. E não foi isto que aconteceu aqui, hoje. Dei três notas sobre aquilo que aconteceu no Feriado Municipal, as quais foram baralhadas com a minha intervenção sobre ética. E tive o cuidado de enquadrar a minha intervenção falando de ética e de processos. Não ameacei com nenhuma ação judicial porque não estou para perder tempo. Se o Partido Socialista ou algum outro partido quiser levar isso para a frente que o faça, mas não se armem naquilo que não são. Somos mortais e não somos moralmente superiores a ninguém. Se optámos, como alternativa, e se foram contemplados com o voto do povo por serem alternativa, estão a ser uma alternativa muito má nalguns processos. E tive o cuidado de enquadrar. Até lhe vou enviar por e-mail a minha intervenção para que V. Exa., se quiser, na próxima Assembleia me possa pedir desculpa por ter interpretado mal as minhas palavras. E se não quiser pedir também não precisa porque eu já limpei a sua intervenção, neste momento. Com a minha Defesa da Honra superei largamente a qualidade da sua resposta. Ou melhor, a qualidade da sua não resposta. Tenho dito. E já agora, só para que não haja dúvidas, sobre alguns processos posso também mostrar um conjunto de papéis que fundamentam toda a minha intervenção. Só, mais nada. Enganei-me. Somos novos. Entusiasmámo-nos. Quisemos por os amigos que nos levaram ao sítio. Tudo bem. Ninguém questiona. É só isto.»

Segunda ronda de intervenções.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29:18')

«Muito bem. Vamos então abrir a inscrição para a segunda ronda.»

Sérgio Louro, PS: (01:30:15")

«Quería dirigir-me ao Executivo e perguntar se, agora, com o fim das medidas do COVID, se vai facilitar o funcionamento das Piscinas e se já tomou alguma medida no sentido de aumentar a capacidade de oferta dos serviços desportivos, nomeadamente a formação, um problema por nós identificado e já trazido a esta Assembleia para que seja minimizado.

Com o aproximar da época balnear podemos ver que os nossos passadiços nas praias, durante o inverno, acumularam bastante areia. Não sei se já têm alguma medida programada para isso, mas atualmente há zonas do passadiço que são difíceis de utilizar por estarem cheias de areia.

Quería trazer aqui um assunto que se prende com a nossa zona industrial, nomeadamente a Zona Industrial da Mota, sendo que a das Ervas também não está em melhor estado. Esta semana tive a oportunidade e a necessidade de me deslocar à Zona Industrial de Vagos. Enquanto município e deputado este Concelho fico muito triste em perceber que o município aqui vizinho nos dá 10-1 no que diz respeito a condições para os industriais se instalarem. Entro na Zona Industrial de Vagos e vejo uma zona industrial com "Z" maiúsculo. Volto à Zona Industrial da Mota, onde tenho o meu negócio, a minha empresa, e fico triste porque parece uma zona industrial de um verdadeiro país do terceiro mundo. Quería saber se o Executivo já tem em marcha

algun plano por forma a ultrapassar este problema e passarmos a ter uma Zona Industrial condigna.

Por último, quero comentar as afirmações do Sr. Luís Leitão relativamente à comemoração do Feriado do Município. Por inexperiência e por desconhecimento que iriam existir tais comemorações, marquei uma viagem a Inglaterra para visita a familiares. O número dois na nossa organização, que é o Sr. Armando Loureiro não podia comparecer devido a problemas de saúde. Estando disponível o deputado à Assembleia da República eleito pelo CHEGA no círculo eleitoral da região de Aveiro, pareceu-nos bem trazer o nosso deputado parlamentar. Não me recordo, mas corrijam-me porque posso estar enganado, de nestas comemorações alguém ter trazido algum deputado da Assembleia Nacional. Eu acho que faz sentido eles virem cá até para conhecerem o que é que se passa a nível local. Pareceu-nos bem o nosso deputado estar cá. Conhecer esta magnífica Assembleia que nós temos e conhecer, através do contacto com as pessoas ligadas ao CHEGA, os problemas que existem no nosso Concelho, para, em altura oportuna, poder levar esses problemas a conhecimento da Assembleia da República. Obrigado.»

Rui Rufino, UPF: (01:33:45")

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia. O Sr. Presidente da Câmara e Vereadores. Os Srs. Membros da Assembleia.

Eu venho aqui falar de dois assuntos que foram abordados há pouco. Um deles diz respeito à questão do 25 de Abril, ao 25 de Abril, e à questão de se ter realizado o Carnaval de Ílhavo nesta data. Em primeiro lugar foi uma situação de exceção. Vivemos ainda numa pandemia. Ou não se fazia o Carnaval naquela altura ou se adiava. E tendo-se tomada a decisão de ser adiado, este foi o primeiro fim-de-semana, após a Páscoa, em que ele pode ser realizado. Depois, já há alguns anos que me faz alguma aflição que quando chega o 25 de Abril aparecem os donos do 25 de Abril. Parece sempre que esta data tem alguns donos, parece que não pode ser comemorado simplesmente pelo povo. Parece que ainda temos aqui uma minoridade, um complexo, com a liberdade. Nós, que já assumimos a liberdade de uma forma plena - penso que que está consolidado ao fim de 48 anos. Eu até me pergunto se, daqui a algum tempo, nós vamos fazer o Rádio Faneca no Dia de Portugal se vai haver algum problema com isso. É o Dia de Portugal e nós vamos fazer o Rádio Faneca.

Eu não tenho nada contra ter-se feito, antes pelo contrário. Acho que é algo que nós devemos pensar no futuro em comemorarmos também, de uma forma solene, o 25 de Abril. Mas a forma como, este ano, numa situação de exceção, de pandemia, se viveu o Carnaval, até vos digo, foi uma bonita homenagem à liberdade do 25 de Abril, porque não pode haver melhor homenagem do que as pessoas saírem à rua, estarem felizes, estarem alegres, riem, estarem bem dispostas. Foi um sucesso porque as pessoas aderiram. Desconfiança em relação à liberdade devemos ter quando alguém se acha no direito, se arroga o direito de dizer às pessoas como é que devem comemorar o feriado. Isso é que é importante para a liberdade.

O outro assunto que venho aqui abordar é a questão do populismo. Isto não. Podemos acusar de muita coisa, mas populistas nunca. O Unir Para Fazer surgiu, precisamente, contra o populismo. É uma das coisas mais sagradas que nós temos. Nós vivemos é numa oligarquia partidária. O que nós temos aqui é uma oligarquia partidária. Nós somos tudo menos populistas. Nós nunca, na nossa campanha, atacámos os partidos. Nós nunca prometemos mundos e fundos. Nós nunca dissemos que íamos fazer uma revolução, como alguns parece que queriam por na nossa boca. Sempre falámos numa mudança tranquila, sempre dissemos que íamos aproveitar o que foi feito de positivo e fizemos isso. E sempre dissemos que íamos dar continuidade

ao que foi bem feito, sem complexos. E foi isso que fizemos. E é isso que estamos a fazer. Isto é tudo menos populismo.

Sabem o que é populismo? Populismo é fazer uma aliança negativa contra um alvo comum, o Movimento Unir Para Fazer. Populismo é inventar crises inexistentes para bombardear a comunicação social com comunicados semanais sem outro conteúdo que não seja atacar gratuitamente o nosso Movimento. Populismo é usar os independentes de forma panfletária para sugerirem que estão abertos à sociedade civil, mas quando um grupo de independentes forma um Movimento Independente os partidos recorrem a tudo para combater, nem que seja para fazer uma aliança negativa, contranatura com quem se manteve uma hostilidade política de décadas. Isto si, é populismo.

E já agora, também não podemos esquecer que também estamos fartos daquele paternalismo de que nós devemos muito aos partidos. Em 2020, os partidos aliaram-se, os dois principais partidos aliaram-se para tentar criar obstáculos aos movimentos independentes. Portanto, chega de demagogia.»

Margarida Alves, PSD: (01:38:16")

«Não querendo chamar para aqui questões pessoais, mas com certeza que os pais do Rufino não estarão muito contentes, como o meu falecido pai e a minha mãe ainda viva, de se festejar o 25 de Abril no Carnaval. Todos sociais-democratas. Não somos de esquerda, nem de direita. Definitivamente acabem com essa demagogia de nos chamarem de direita ou de esquerda liberais. Não somos. Somos sociais-democratas. Se não sabem o que é social-democracia vão ao dicionário. Desculpem lá. Isto já chega. Já chega. Somos um partido humanista, reformista, virado para as pessoas que cresce com o evoluir das situações e, nomeadamente, que se adapta às novas realidades. Por isso é que houve o que houve ontem. Sr. Presidente da Câmara, ainda bem que existem gravações. Se ouvir as minhas palavras na Rádio Terra Nova, eu não fiz uma crítica aos trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo. Eu fiz uma crítica direta ao Executivo com pelouros atribuídos pela forma como orientaram e feriram o protocolo - até a própria Assembleia da República tem este protocolo. Da mesma forma que acho que vou pedir ao Partido Socialista que encaminhe para o Augusto Santos Silva deixar de celebrar o 25 de Abril na Assembleia da República porque, de facto, o Carnaval é mais importante. Da mesma forma que temos a liberdade de usar o cravo, usar sem cravo, não interessa. Há protocolos. Uma democracia sem regras não é uma democracia. É uma anarquia. Portanto, não vamos brincar com coisas sérias.

Da mesma forma que o Rui Rufino acusou os dois partidos, os dois partidos emendaram a mão. Foram esses dois partidos que emendaram a mão. Lá está. Nós corrigimos o erro. Foi identificado e nós corrigimos o erro. Sem os dois partidos não haveria oportunidade de o concretizar, como sabe. São os tais dois terços. Não tem que agradecer. Não precisa.

E mais... quanto ao 25 de Abril, caro Presidente da Câmara, não fui a única desta Assembleia Municipal que tive o prazer de participar num Congresso onde se praticou Abril, onde se pratica a democracia e o sindicalismo democrático. Não fui a única. E lhe garanto que tanto eu como a companheira, camarada e amiga Mariana, será até à morte que o vamos defender. Quantos de vocês o estarão dispostos a fazer?

Vos garanto que o que se passou naquele Congresso, se calhar, vale muito mais do que muitas lutas partidárias possam existir. Porque vou dizê-lo sempre: Viva o 25 de Abril. Viva o 25 de Novembro. Viva a Assembleia Municipal. E viva a UGT, naturalmente que defende os trabalhadores, meu caro Presidente. Eu não poderia estar a criticar os trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo porque sempre os elogiei. E estarei aqui para os defender. E espero que a sua ação, não como funcionário público, porque um Presidente de Câmara e um Vereador não são funcionários públicos, fazem uma missão, respeite os funcionários públicos desta casa. Ao se considerar funcionário

público não está a agir corretamente com a legislação laboral. Cuidado quando se dizem as coisas em questões laborais porque há aqui pessoas que sabem do que estamos a falar. Um político não é funcionário do Estado. Um político é requisitado à sua atividade pelo Estado – para quem está empregado, claro – para prestar um serviço público. Não é funcionário público. É diferente. Portanto, não vamos confundir as coisas. Não são sindicalizados, não descontam para a ADSE, etc., etc., etc. Da mesma forma que eu gostaria que os recibos verdes acabassem nas Câmaras Municipais, as avenças. Naturalmente, porque isto é trabalho precário.

E já agora, mas um Presidente de Junta e um Presidente de Câmara têm horário? Tem, 24 horas por dia. É para isso que está mandatado. Como o Padre. É como um Padre. Mais ou menos, desculpem lá a comparação.

Quanto à rua que o Pedro Cristo nomeou aqui, eu sei que o meu Presidente de Junta da Gafanha da Nazaré já tinha questionado o Executivo anterior. E também tenho a informação que o vereador Tiago Lourenço questionou o atual Presidente da Câmara sobre essa questão, alertou-o e, até hoje, ainda não tivemos resposta. Também gostaria de ver essa pergunta aqui respondida porque não foi respondida. Muito obrigada.»

André Guimarães, PSD: (01:43:55")

«Boa noite a todos. Com todo o respeito, cumprimento todos nesta Assembleia. E é sobre respeito que venho falar, aqui, hoje. Respeito em particular, se não for por mais ninguém, por mim que faço parte do PSD há mais de 10 anos. Enquanto militante do PSD não admito que venham aqui, nesta Assembleia, dizer ou tirar o que for sobre o que se passa no meu partido, quando não são parte do meu partido. Se nós somos oposição, se não somos oposição, isso nós decidimos nos nossos congressos, tal como vocês também decidirão nos vossos congressos, ou seja o que for. Nós temos estas coisas todas estabelecidas e escritas. Não sei quanto aos outros, mas também não me vou pronunciar porque não tenho esse dever e não vou alinhar nesse discurso.

É sobre respeito que eu venho aqui falar e, com todo o respeito, não vou intervir, nem nunca intervirei no sentido de avaliar o que se passa dentro das estruturas partidárias ou similares.

Também sobre respeito pela atividade política. Eu também poderia dizer que é muito aborrecido vira para aqui, numa sexta-feira à noite, às nove da noite – não é, Sr. Presidente?! – quando podia estar com os meus amigos, já que hoje é sexta-feira e já acabou mais uma semana, também acordei às 7 da manhã e estou desde as 7 da manhã a trabalhar – até cheguei um bocadinho atrasado porque estive a trabalhar – e cansa, não é? Mas atividade política é isto. E se politicamente e se democraticamente for decidido que as reuniões de Câmara têm que ser às cinco da tarde, pois terão que ser. Porque é esse o respeito que nós devemos à causa pública e à nossa cidadania. Tal como se quiserem mudar a reunião para as três da tarde de quinta-feira a gente também tem que vir. Ou ao domingo à tarde. Ou ao domingo de manhã, às nove da manhã. Já ouvi, uma vez, uma história assim. Temos que vir porque foi para isso que fomos eleitos. E, se não quiséssemos, não nos colocavam na lista. Eu nunca me candidatei a presidente da câmara, por exemplo. Deixo essa nota, com todo o respeito. E com todo o respeito, também queria colocar aqui algumas questões. Eu não sabia sobre este contrato que o Luís Leitão veio aqui falar, e há, aqui, algumas questões que não foram respondidas, mas que me colocaram sérias dúvidas. Eu, realmente, estou, como todo o respeito e sem colocar em causa nada da integridade da Câmara, sem colocar em causa o trabalho que está a ser feito pelas pessoas, sejam funcionárias públicas, ou sejam mandatas por empresas privadas, com todo o respeito por aquilo que a Câmara quer implementar neste Município, eu vou fazer quatro questões muito objetivas. Gostava de lembrar que, perante estas questões e as respostas a estas questões, podemos estar na eminência do agravamento do valor que se vai pagar dessa

comunicação porque poderão ter que trabalhar mais face às questões e às respostas que, certamente, irão ficar transcritas em ata. Eu relembro que o Presidente da Mesa está sempre a falar que a Assembleia Municipal serve para fiscalizar a atividade da Câmara e a Câmara deve responder às perguntas que a Assembleia faz. Eu, enquanto membro desta Assembleia. Pergunto se a empresa de comunicação, a AD Communication, apoiou ou não apoiou a campanha autárquica do Movimento 'Unir Para Fazer'. Pergunto sobre o grau de satisfação do trabalho prestado, até ao momento, pela AD Communication, em particular se o plano de comunicação que estava previsto no caderno de encargos foi ou não foi entregue, e se nós, enquanto membros desta Assembleia, podemos obter esse documento para analisar. Pergunto se é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal que estejam a ser prestados serviços de comunicação à Junta de São Salvador pela mesma entidade, com ou sem vínculo contratual. E pergunto se há interesse desta Câmara Municipal em apresentar um plano de compliance em favor daquilo que são os valores da transparência e do esclarecimento de todas as dúvidas que poderão existir e que prevenirão ameaças sobre conflitos de interesses e transparências que hoje foram, aqui, levantadas e que me preocupam seriamente. Muito obrigado.»

Flor Agostinho, PSD: (01:48:37")

«Sr. Presidente. Eu quando estava a falar em homenagear os funcionários, para mim será o exemplo para todos os outros, estava a lembrar-me de dois nomes. Um é o Sr. Joaquim Santos, que faleceu no ano passado e até foi autarca na Freguesia de São Salvador, foi funcionário da Câmara Municipal, ainda no tempo em que havia Serviços Municipalizados e participou no movimento associativo de Ílhavo. E estava a lembrar-me de outra pessoa que era a Isabel Ré e que faleceu recentemente.

Quando eu estava a falar, pensava eu que poderia ser atribuída a uma destas pessoas, a título póstumo porque seria um bom exemplo para todos os nossos funcionários o reconhecimento, por este novo Executivo, de que não é só nas palavras, mas é também na prática que enaltece e gosta dos seus trabalhadores e que gosta de os ver a executar as suas tarefas.

Há bocado ouvi aqui as palavras do professor Rui Rufino. Enfim, devo manifestar o meu desacordo por tudo aquilo que foi dito, ou por muito daquilo que foi dito. Todos nos conhecemos, todos sabemos qual foi o nosso passado, todos sabemos em que partidos andámos, todos sabemos quem são as pessoas que integram o Movimento e todos sabemos quais foram os partidos políticos em que os membros do Movimento se filiaram e atuaram.

E também não gostei de ouvir aquilo que ouvi, da sua parte, quanto ao 25 de Abril porque sei, certamente, que você foi um alto defensor do 25 de Abril, no passado sempre defendeu, [indicação de final de tempo de intervenção] e muito, o 25 de Abril, e hoje até parece que brincou com o 25 de Abril e menosprezou o 25 de Abril.

Peço imensa desculpa, mas não concordo com aquilo que disse.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:50:47")

«Muito obrigado. Sr. Presidente da Câmara, faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:50:24")

«Obrigado, Sr. Presidente. Umas notas rápidas sobre esta situação e dizendo ao Luís Leitão que há coisas que se esquecem e há outras que se vão recordar sempre. Os pedidos de desculpas nestas situações têm memória curta. Mas se isso, para a nossa amizade, tem relevo pois tem sempre o meu pedido de desculpas sobre qualquer erro

da minha parte ou da sua, porque há coisas que já passámos em comum e que ultrapassam tudo isso. E não me leve a mal, continuo a dizer-lhe, a nossa relação profissional com a vida, num mundo que já passámos de trabalho, sabe bem do que estamos a falar.

Iria dizer-lhe três ou quatro notas relativamente ao porquê de lhe dizer o que disse. Quando nós falamos de empresas de comunicação, e tivemos o cuidado de referir e já viram isso no processo de contratação, estamos a falar num valor que ronda, mais ou menos, os dois mil euros mensais. Foi isto que lançámos, foi a proposta que colocámos no mercado, e, possivelmente, para aquilo que é o caderno de encargos – que convido o Sr. André ou quem quiser a conhecer, na minha presença... porque há coisas que são da minha competência – e terei todo o gosto em mostrar-lhe aquilo que são os nossos objetivos. Hoje já tem um na sua mão, que tem um papel fundamental e que eu acho que é importante para aquilo que é o dever de transparência das autarquias locais. Recordar-se bem do Boletim, as cores do Boletim... temos aqui uma estratégia um bocadinho diferente de planejar e de chegar às pessoas. Tivemos também o cuidado de avaliar as pessoas que tínhamos na comunicação. Tivemos esse cuidado. Tivemos o cuidado de segmentar. Nunca tivemos na Câmara a liberdade de colocar pessoas ao serviço da Assembleia, pôr pessoas de uma forma dedicada e valorizada, já várias vezes, nesta Assembleia e que está aqui connosco – o Miguel Araújo – que eu respeito pelo trabalho que tem feito e o outro trabalho que também faz na programação da Agenda Municipal, está a colaborar connosco, e outras coisas que, com o devido tempo vamos tentar tratar. Depois, acho que cumprimos tudo aquilo que eram os cadernos de encargos da administração pública. Portanto, cumprimos com isso tudo.

A questão de alguém fazer qualquer coisa para mim ou para o Movimento, ponho-a de parte. Quando se faz qualquer coisa, pago aquilo que tenho a pagar. Portanto, foi pago e não houve aqui boria de espécie alguma.

Relativamente à outra questão que também disse – se há satisfação, se não há satisfação – claro que há satisfação. E isso tem-se visto por aquilo que cresceram todos os fluxos de comunicação e o registo que nós hoje temos na nossa página, nas nossas páginas que gerimos. E achamos que há aqui uma coisa que a Câmara tem que ter. Tem que ter um ponto único de comunicação. A Câmara não pode estar perdida na sua comunicação, se nós queremos fazer crescer aquilo que é o turismo. E o Sr. pode verificar, terei todo o gosto que visite o site do Unir Para Fazer e ver o nosso programa porque ele não se vai perder... há de se criar outro, até; iremos ter uma Convenção, nem tudo correu como nós planeávamos porque o COVID também atrasou, nem todos os convites, aqueles que gostaríamos que estivessem connosco, puderam ser aceites para falarmos de temas interessantes da atualidade e, portanto, estamos a preparar isso; e também a ocupação de muitas pessoas do Unir Para Fazer, independentemente dos horários de trabalho não permite também reunirmos sempre que é possível, temos essa dificuldade, e também não temos um compromisso tão acérrimos como os partidos têm. Portanto, dir-lhe-ia o seguinte para sumariar tudo isto.

Na nossa visão o contrato está bem. Na nossa visão a pessoa surge numa plataforma com três ou quatro outras pessoas. Apresenta o seu preço. Nós aceitamos e fechamos tudo. Todos os outros relacionamentos não têm nada a ver connosco, nem eu tenho que dar, nesta Assembleia, qualquer satisfação.

Se me quer dizer que, relativamente áquilo que já hoje ouvi aqui falar, sobre o 25 de Abril, se eu reconheço que a Câmara o fez no passado, não o fez. Se a Junta de Freguesia o fez, fez. Eu estou a olhar para si, mas não valida que esteja a falar para si. Estou a falar para todos os Membros da Assembleia. Esse exemplo, para mim, vou ouvi-lo, ouvi, respeito e levo-o comigo.

Relativamente à participação do Sr. Flor Agostinho, registo com agrado, mas dir-lhe-ia o seguinte. Nestas coisas, por vezes, também a Assembleia deve registar isto. No

regulamento das Distinções Honoríficas, no artigo 12.º, aquilo que está é que a Medalha de Dedicção destina-se a galardoar trabalhadores municipais ou colaboradores que tenham prestado serviço efetivo ao Município e que no exercício da sua atividade e no desempenho da sua missão se tenham distinguido exemplarmente pela competência profissional – como referiu – dedicação, lealdade, zelo, rigor, capacidade de decisão e espírito de equipa e de iniciativa. A Medalha de Dedicção compreende os graus de Ouro, Vermil e Prata, e é concedida, respetivamente, a trabalhadores com 35, 25 e 20 anos de serviço. E é isto que eu acho que os nossos Chefes de Divisão devem ter avaliado nesta situação. Não sei se houve aqui alguma falha. Vou levar o que diz e vou rever. Temos o próximo ano e faremos da mesma forma como o faríamos este ano. Esta é a nota que tenho a dar.

Relativamente ao Sr. Sérgio Louro. Nesta Assembleia não, mas na próxima vamos falar sobre a Prestação de Contas, para ter as contas certas eu tenho que ter algum rigor nos processos de contratação, em termos de fundos disponíveis. Aquilo que nós pensávamos para remoção de areias era ter um contrato que podia ter um valor de 75 euros/hora. Hoje, passou para os 85 euros/hora. Tivemos que reformular isto. E até pode vir a ser muito mais. Vamos ver quem é que aparece para fazer este trabalho, o que condiciona muito aquilo que é o Orçamento da Câmara. Enquanto nós não conseguirmos captar mais receitas condiciona muito. Vamos ver se o conseguimos fazer num todo, dentro daquilo que nós também preconizamos e que a minha colega de equipa, a engenheira Mariana, porque é um dos pelouros dela – o ambiente - também acha que devemos ter algum cuidado a fazer este trabalho. Temos algumas reservas em relação ao como tem sido feito e como queremos que, agora, se faça. Pensamos que vamos resolver isso a tempo, pensamos que em maio. Ainda hoje estive com o Vereador na praia a ver essas situações. Recebemos hoje fotografias do Sr. Márcio relativamente a isso, seu colega também de partido. Não tenho presente se já lhe respondi, mas já estamos a tratar desta forma.

Relativamente às piscinas vamos voltar ao modelo que já conhecemos, aqui, nesta Câmara e que era realizado antes da pandemia. Penso que teve sempre resultados positivos e que aferiu sempre, por parte da nossa comunidade, um bom modelo. Penso que as nossas equipas vão voltar a isso. Depois, se houver alguma coisa estamos cá. No entanto, é por esse caminho que vamos seguir. Se tivermos que alterar alguma coisa – já vimos que temos que fazer – teremos que mexer no Edifício Regulamentar todo da Câmara. Não será só um Regulamento que vamos alterar, porque isto tem custos. Há outros regulamentos que precisam de revisão. E depois os processos de aprovação, se tiverem que ser feitos, na reunião de Câmara e nesta Assembleia. Temos que pegar sempre nesta origem para tratar dos assuntos e não porque agora achamos que é bem. Relativamente à Zona Industrial, nós também ficámos surpreendidos com o que encontrámos e com as matérias que, dentro da Câmara, falam sobre a Zona Industrial. Agregámos isto tudo. Estamos a trabalhar nisto tudo. Estamos a melhorar isto tudo, processos de definição, saber quem é que é dono e do quê, e porque é que é dono daquilo. Como é que foram feitos estes processos. Porque é que ainda há lotes que estão por ocupar. De quem são esses lotes. Estamos a aferir isso tudo.

Estamos, neste momento, com um projeto de ampliação, muito curto, que é a questão da Riastone. É um processo que já tínhamos em mão, que tem um processo associado com o ICNF. Nós vamos ter que dar ao ICNF o mesmo terreno que vamos tomar, em compensação. Ainda não conseguimos negociações que nós achamos, que o Executivo acha, com base naquilo que foram as negociações anteriores do valor do metro quadrado e do metro quadrado acordado com quem vai expandir - para respeitarmos isso mesmo – e temos que ter muito cuidado para encontrarmos uma solução. O ICNF gostaria que nós lhe oferecêssemos terrenos contíguos a zonas que já são deles. E isto ainda é outra dificuldade acrescida, porque Vagos também quer, e outras zonas também

querem. Tudo o que é terreno para compensação tem que ter a mesma morfologia. Se não, comprávamos um terreno na Guarda ou em Gouveia ou em Castelo Branco. Dizíamos 'temos aqui 500 hectares, a um euro e meio, tomem lá'. Mas eles não querem. Se é pinhal, é pinhal com esta característica e com esta morfologia. Este é o grande problema que nós temos aqui. Queremos isto porque esta empresa tem que fazer os investimentos ainda no quadro anterior, no Portugal 2020; temos uma pressão muito grande por parte da empresa; temos uma pressão muito grande sobre o ICNF; e estamos a tentar resolver isto.

Quanto aos terrenos da Zona Industrial ainda é prematuro para lhe dizer alguma coisa. Já sabemos alguma coisa, já nos fundamentámos em algumas coisas. Há, entretanto, alguns processos que têm chegado. Vamos ver como é que isto se trabalha tudo, mas dentro daquilo que tem sido o meu rigor, vai ter a transparências, mas não vamos agora, aqui, levantar qualquer questão sobre isso. São situações que, no exercício das nossas funções temos que ter a capacidade para as tratar da melhor forma. Agradeço ter trazido este assunto.

E também lhe posso dizer. Reconheço, perfeitamente, a evolução da Zona Industrial de Vagos. Passo lá muitas vezes. Não sei se já acabaram as obras todas de enquadramento dos passeios, do saneamento e todas aquelas melhorias. Tem uma nobreza muito grande pelas empresas que estão lá instaladas. Espero também que nós possamos dignificar um bocadinho mais, olhando para o histórico que a Zona Industrial já tem e as duas ampliações que teve. Veja o que já investiu essa Zona Industrial e veja o que é que nós já investimos na nossa.

Temos que pensar nisto e se temos condições para o fazer. Exceto numa melhoria, no aniversário da Heliflex, que se fez paralelamente ao muro da Teka. E os empresários do outro lado, a Lipofir, que fizeram os seus passeios e fizeram as suas vedações porque eram terrenos deles e acordaram com a Câmara essa situação. É o único conhecimento que eu tenho sobre isso. As outras matérias, se o Sr. quiser saber, estou disponível para reunir consigo e falar consigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:02:29")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bem. Dou como terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, com a **Apreciação** da Atividade Municipal.»

Período da "Ordem do Dia"

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:02:35")

«Vamos então entrar na Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária de Abril. Como acordado em reunião de líderes, e no seguimento da informação do nosso Núcleo de Apoio alertando para a necessidade de cumprimento, atempadamente, de alguns prazos legais - nomeadamente com o Tribunal de Contas - procedeu-se a uma reordenação da Ordem do Dia, enviada através de segunda Convocatória, sem qualquer acréscimo ou supressão dos pontos em apreciação, discussão e votação. Portanto, avançaria já para o Ponto 1.»

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:03:07")

«Ponto 1 da Ordem do Dia, “Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021”. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:03:18”)

«Muito obrigado. Este documento é um documento essencialmente técnico. São os nossos técnicos que o fazem, com base naquilo que é a nossa contabilidade que é o POCAL ou o SNC-AP, como queiram. Portanto, terei, para já, muito pouco a dizer. Se houver alguma justificação sobre algum valor corresponderia aos técnicos, mas naquilo que eu puder justificar estarei disponível para a Assembleia. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:03:41”)

«Muito obrigado. Abria então as inscrições para a primeira ronda de intervenções neste ponto. Sendo que o primeiro Grupo Municipal a intervir é o PS, seguido do ‘Unir Para Fazer’, PSD e o CHEGA, neste caso, em último lugar.»

Luís Leitão - PS: (02:04:37”)

«Esta é a análise de umas Contas num momento atípico, no fim de um mandato, estamos a avaliar, aqui, o passado. É um passado, duplamente passado: estamos a falar de outros tempos e de outros intervenientes. Sendo a entidade a Câmara Municipal não podemos deixar de estar a avaliar o mandato do PSD. De grosso modo estamos a avaliar dois terços do mandato do PSD. Portanto, o povo, mais do que nós, encarregou-se de o julgar nas urnas. À partida, todas as críticas que nós possamos fazer estão já ultrapassadas. A questão da análise dos recursos financeiros do Município depende sempre do ponto de vista com que nós olhamos as contas. As contas, tecnicamente, estão bem feitas.

Nós não nos refletimos nas Opções do Plano e naquilo que foi a conduta ou o que foram as linhas orientadoras do mandato e as opções do Partido Social Democrata. Tradicionalmente nós utilizávamos este momento para esgrimir alguns argumentos que hoje, como já não temos aqui quem nos oiça, que era o Executivo anterior - apesar de termos ainda alguns dos seus representantes – a figura maior de toda a sua estratégia e que foi derrotada, não faz muito sentido estar aqui a discutir alguns argumentos.

Por isso mesmo, e nessa perspetiva, não deixa de ser também claro duas coisas. Sem paternalismos e sem utilizarmos a questão da brincadeira dos SUB21, que era desenquadrado porque a história de que ‘quem conta um conto, acrescenta sempre um ponto’, não era um atestado de minoridade porque foi fazer um pouco de humor com quem chega e não foi mais do que isso.

De qualquer forma, esse período de aprendizagem e essa ‘senioridade’ que pretendemos dar ao momento, com toda a legitimidade, fazem com que o mandato correspondente a 2022 seja o momento de afirmação da atividade do Executivo. É, nessa expectativa que, hoje, começamos a avaliar um período da atividade.

Algumas coisas, já tivemos aqui ocasião de dizer, que não estão segundo o nosso entendimento ao nível das expectativas criadas. Vocês estão satisfeitos com o vosso desempenho, continuem. De qualquer forma, é tempo de começarmos a apontar um caminho de mudança, compatível com um mandato de rotura e de mudança de atividade. Portanto, para o ano cá estaremos para ver, de outra maneira, a análise das contas, não apenas numa perspetiva de criticar, porque compete às oposições avaliarem o desempenho do Executivo, mas é numa perspetiva, muitas vezes, um pouco mais crítica, de quem está na oposição, outras vezes, de uma forma mais

cáustica, acabamos por atingir as partes mais sensíveis do mandato político. É para dizer que o nosso compromisso de avaliação deste mandato começa em janeiro de 2022 e que o Sr. Presidente terá, de uma forma mais positiva, do que eventualmente a interpretação das nossas palavras de hoje, a capacidade de, de hoje a um ano, podermos esgrimir aqui outro tipo de argumentos menos pessoais e mais técnicos. Sobre este assunto tenho dito.

Já agora, para terminar, que me esqueci, e mantendo a coerência daquilo que é o trabalho também efetuado no Executivo, mantemos o mesmo princípio de nos abstermos tal como o Partido Socialista o fez na Câmara Municipal.»

José Pinto Reis - UPF: (02:10:03")

«Boa noite, de novo. Estamos no encerramento de um ciclo, um ciclo de quatro anos. E é este período que deve merecer a nossa análise e servir de barómetro e referência. Da análise dos documentos apresentados se depreende que, independentemente dos resultados eleitorais ocorridos em setembro último, este teria que ser o fim de um ciclo: existiu, nos últimos anos, uma clara obsessão com a dívida. Ficaremos sempre curiosos sobre quais seriam as contas apresentadas nesta Assembleia caso o resultado eleitoral tivesse sido outro. Mas ficamos com esta interrogação.

As contas agora apresentadas refletem uma ausência das atividades âncora e emblemáticas, fruto da pandemia, que representariam um encargo substancial nas contas da autarquia e que, por seu lado, não geram qualquer tipo de receita.

Depreendemos, então, que se tivessem acontecido esses eventos alguma coisa teria que ter deixado de existir e alguns dos projetos que ainda tiveram início, no passado ano, teriam que ser, mais uma vez, protelados.

É o fim de um ciclo, como disse há pouco, em que se tentou recuperar a situação financeira da autarquia que, depois de 16 anos de descontrolo e de montantes de investimento recorde - é verdade - muito suportados pelo endividamento, necessitou-se de se ajustar e de se cair na realidade. Se medirmos os resultados pela diminuição da dívida, este objetivo foi alcançado. Fizeram um muito bom trabalho.

Fruto destas contingências que acabo de referir, a preocupação pelo controlo financeiro e económico da autarquia levou a uma diminuição da aposta na manutenção preventiva e corretiva dos bens e equipamentos do Município e ao adiamento da conclusão de alguns projetos há tanto tempo ansiados pela nossa população, como o saneamento básico em todo o Concelho, que é o exemplo mais gritante.

O último exercício da anterior maioria viu estrategicamente concluídos os processos de requalificação que pouco ou nada foram estruturantes e, muitas vezes, não corresponderam, não tinham qualquer correspondência aos anseios das populações, deixando para trás outras necessidades já aqui expressas.

A listagem de obras e intervenções urgentes e estruturais que alguns Presidentes de Junta reivindicam par as suas terras demonstram, claramente, que muito se tem vindo a protelar e a desenrascar. Quando se pede uma requalificação, só pode ser porque não houve qualidade na implementação ou porque a gestão dos projetos não teve a mesma qualidade.

Noutro âmbito, os mapas e demonstrações que nos são apresentados denotam, em termos formais, em termos dos seus documentos físicos, a antiguidade dos equipamentos e programas informáticos em uso na autarquia. Este é mais um sinal do pouco investimento que tem sido feito, nomeadamente neste tipo de sistemas. Aproveito para fazer um apelo para que seja melhorada a qualidade dos documentos, essencialmente nas demonstrações, já que a impressão é extremamente má e já não se usa.

Também no âmbito receitas. As receitas próprias da Câmara Municipal são quase inexistentes e não têm expressão para tudo aquilo que é o global do orçamento e do investimento da Câmara Municipal. É necessário que se inverta esta realidade.

Com sentido de responsabilidade e prudência, este Executivo considerou que seria necessário proceder ao reforço das previsões por riscos judiciais, aproveitando uma alteração da reavaliação dos ativos e alteração do plano de apreciações. Assim, a Câmara está melhor protegida do que estaria no passado.

Mas este é, também, um ponto de partida. É um ponto de partida para uma nova dinâmica e para outras opções. Algumas destas opções poderão não ter a visibilidade a curto prazo, mas são fundamentais para a gestão equilibrada e sustentável do Município e para a recuperação e um património que tem vindo a ser pouco cuidado. Estamos num cenário de grandes desafios e incógnitas com aquilo que se aproxima, que é a delegação de competências que se encontra em curso. E vamos assistir, de uma forma artificial, ao aumento dos orçamentos e das contas que as Câmaras Municipais vão ter que gerir. Mas teremos de ter a capacidade de, no próximo ano, avaliarmos os impactos que esta delegação de competências terá no global da Câmara Municipal, e sabermos, sem dúvidas, se aquilo que é transferido para as autarquias corresponde àquilo que são os seus verdadeiros encargos.

Teremos também que recuperar o tempo perdido porque brevemente passarão a estar disponíveis as candidaturas ao Portugal 2030. Temos que procurar os programas que melhor financiem os projetos que queremos desenvolver, em vez de executarmos investimentos apenas porque estão projetos disponíveis ou que estão fundos disponíveis.

É importante que as opções da autarquia não passem apenas pela execução de projetos que aumentem o nível da despesa. Urge dotar a Câmara de fontes de receitas próprias, sustentáveis e independentes da fiscalidade, que permitam aumentar a autonomia financeira do Município. Também neste campo, os documentos agora apresentados são reveladores da falta de estratégia passada. Tenhamos a capacidade de utilizar os meios disponíveis sem estigmas contra o endividamento. Se for necessário para aplicar em ações estruturantes e sustentáveis, deveremos fazê-lo.

Temos noção que a cegueira dos detratores se manterá nos seus discursos, nas suas coligações, sejam elas articuladas ou não articuladas, e que serão sempre negados os méritos e os sucessos que viermos a alcançar. Mas com toda a sinceridade, não é aos membros desta Assembleia que devemos prestar contas – aqui também prestaremos contas – mas é à população, que nos julgará no final de um mandato.

Votamos favoravelmente estes documentos por aquilo que eles representam para o passado e o que representam para o futuro. Muito obrigado.»

Flor Agostinho, PSD: (02:17:51")

«O Relatório e Contas de 2021 representa cerca de três quartos do ano de governação do PSD, fazendo transparecer o rigor, equilíbrio e a adaptação às condicionantes provocadas pela gestão da pandemia COVID-19, e que caracteriza a gestão do Executivo do PSD, de então.

Este documento é mais um marco histórico que define a transposição de um período de gestão do PSD para a governação do atual Executivo camarário.

Certamente, para o próximo ano, estaremos aqui, nesta mesma Assembleia, para comparar este com o documento que então nos será fornecido e, a partir daí, poderemos e devemos comparar o desempenho, a competência e a capacidade do atual Executivo versus Executivo anterior, e, assim, divulgar e publicitar o nosso julgamento perante aqueles que promoveram a mudança na liderança da autarquia.

Como sempre defendemos nesta Assembleia, e que os relatórios elaborados pelos técnicos da autarquia confirmaram, constata-se que, durante o ano anterior, foi possível

realizar obras relevantes e eventos de vária índole, melhorando a qualidade de vida da população do Concelho e, simultaneamente, reduzir a dívida, em especial o seu serviço de dívida, em cerca de 1,5 milhões de euros, os quais ficam disponíveis para investimento durante o corrente ano.

Reconheça-se que os documentos ora em apreciação refletem a excelente situação económico-financeira em que se encontra a autarquia, resultante da rigorosa e competente gestão levada a efeito pelo anterior Executivo. Não só se constata o significativo montante do atual saldo de gerência, mas também pelo assinalável número de eventos, realizações, projetos, apoios e programas implementados, acrescidos das obras concluídas e as ainda adjudicadas e outras, agora, em curso, e que o atual Executivo se limitará simplesmente a inaugurar e pagar a fatura com a verba devidamente comprometida.

Este foi o ano em que o Executivo reduziu a sua dívida, contraída de forma consciente e fundamentada, para um valor facilmente gerível de 3,1 milhões de euros. Recordar que este desempenho ao longo dos últimos anos só foi possível através da relevante capacidade demonstrada pelo Executivo em conceber, projetar, candidatar e desenvolver projetos financiados com os fundos comunitários, demonstrando, assim, a sua capacidade estratégica e competência na capacidade de captação de tais financiamentos.

Ao nível dos documentos contabilístico-financeiros apresentados e elaborados com independência, competência e rigor dos atuais trabalhadores da autarquia, devemos registar e enaltecer várias menções à excelente herança recebida pelo atual Executivo para prosseguir o trabalho que foi deixado e devidamente delineado, pese embora os constrangimentos procedimentais e processuais de que uma qualquer entidade pública depende e a que está obrigada a cumprir. Designadamente, assinalar a percentagem da receita realizada que atingiu o valor de 90,36%, como sendo o maior valor registado desde que a lei da obrigatoriedade do cumprimento mínimo de 85% entrou em vigor.

Igualmente, ao nível da despesa atingiu-se a percentagem de 90,20%, incluindo o montante de investimento de cerca de 7 milhões de euros. Valores que esperamos que sejam superados já no corrente ano, tal como prometido pelo atual Executivo no documento inicial do relatório em apreço.

Registar que aos níveis dos indicadores económico-financeiros, os técnicos da autarquia mencionam, designadamente: 'o Município de Ílhavo possui a 31/12/2021, ao nível da liquidez de tesouraria, uma posição financeira robusta, derivada de um elevado e crescente grau de autonomia face a credores, conjugado com o forte peso do ativo não corrente e uma situação económica em que os rendimentos excedem os gastos'. E acrescentam os técnicos: 'os valores obtidos nestes rácios demonstram que o Município tem capacidade para satisfazer os seus compromissos financeiros de longo prazo' – como, aliás, tem sido seu apanágio. E igualmente referem: 'aliado ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo, evidenciado pela poupança corrente do exercício, no valor de 7,8 milhões de euros, destaca-se, ainda, em 2021, um saldo e equilíbrio orçamental 6,5 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente bruto, deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, cumprindo-se, com elevada margem, o limite legal estabelecido. O excedente verificado de 6,5 milhões permite potenciar o investimento a realizar pelo Município, numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade das gerações futuras, princípios fundamentais que devem regular a atividade financeira das autarquias. Referem, a concluir, que 'tendo em conta a margem de endividamento disponível, o Município poderia elevar o seu endividamento, em 2022, ao montante de 11.699.095,36 euros, como se pode aferir do quadro apresentado'. Estas últimas citações revelam e comprovam a qualidade excelente do delegado deixado pelo Executivo anterior, do PSD, escritas pelos técnicos da autarquia, aliadas a algumas recomendações sobre o que não se deve fazer no

futuro, concretizam a responsabilidade e o desafio que é hoje feito à competência do atual Executivo de que, pelo menos, faça igual, para bem da qualidade de vida dos nossos conterrâneos e, em especial, da sua juventude. Tenho dito.»

Sérgio Louro, CHEGA: (02:24':29")

«Relativamente a estas prestações de contas, vou ser muito breve. O CHEGA está, também, a iniciar um ciclo novo, como o atual Executivo. Não tivemos a oportunidade de ter cá alguém a acompanhar o desenrolar do antigo mandato do PSD.

Estamos sim muito mais preocupados com este novo ciclo. Estamos mais preocupados com as novas medidas que este Executivo vai tomar para que a Autarquia, a médio e a longo prazo, aumente a sua sustentabilidade financeira e económica.

Estamos preocupados e queremos perceber como é que este Executivo se vai adaptar à nova realidade que todos vamos sentindo. A nova realidade é, basicamente, a descarbonização, o constante aumento do preço dos combustíveis e que, naturalmente afeta os custos de energia do Município.

Assim como também estamos preocupados como é que este novo Executivo vai reagir às alterações climáticas que vamos sentindo.

Não vamos votar nem favoravelmente, nem desfavoravelmente, relativamente a estas contas. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:25':49")

«Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:25':53")

«Muito bem. Observando aquilo que foi dito pelos Srs. Deputados, dava aqui 4 ou 5 notas.

Avaliarmos este documento tem por base a criação de um Orçamento que estava preparado para este resultado. Ouvei o Sr. Flor Agostinho referir que representa três quartos da governação do PSD. Pois posso-lhe dizer que esses três quartos foi com satisfação que os vi e que os melhorei no último quarto. Aquilo que eram os resultados que nós tínhamos perspetivavam o resultado dos anos anteriores, em que tivemos sempre que fazer ajustes financeiros para chegar aos 85%, para ter a regra do equilíbrio orçamental que diz respeito à Lei das Finanças das Autarquias. E o Sr. sabe isso porque os documentos o provaram. Portanto, conseguimos 90%. E posso-lhe explicar como. Porquê? Porque fomos buscar tudo aquilo que era receita, trabalhamos horas a fio, pedimos aos nossos técnicos para resolverem os problemas que não estavam resolvidos e que, possivelmente, poderiam transitar para 2022 e lá dava um resultado, outra vez, de 85%. São esquemas que nós adotámos. Estou a explicar-lhe aquilo que é o documento. Eu não preciso de ler o documento porque sei o que está aqui tudo e tenho conhecimento do que está aqui. Relativamente às previsões também achamos que elas devem existir pelo contingente que nós temos em processos jurídicos. É curto? É curto. Era mais baixo? Era mais baixo. Se o resultado ilícido passou para 228 mil euros, quando era de 2,900 milhões o Sr. também não o referiu, mas dá que pensar porque é que se fez e porque é importante. E o documento também o refere.

Outra das coisas é o ativo corrente e o ativo fixo. Porque é que ele não cresce há anos? Já nos questionámos sobre isto, nesta Assembleia? Eu vou tentar justificar isso, na próxima minha apresentação, neste mesmo momento, em abril de 2023. Eu apresento-lhe isso. Estamos a fazer esse trabalho. Isso tem um custo pesado para a Câmara Municipal, mas nós vamos tentar, dentro daquilo que sejam as possibilidades, que não cresça só 1,24% ou que não diminua 0,78%. Vamos tentar isso.

Mas está cá um trabalho bem feito. Eu não estou a dizer que o trabalho está mal feito. Não me vai ouvir dizer isso e espero que também tenham essa correção no futuro. O que nós estamos a aferir é aquilo que é verdadeiramente o património e aquilo que são os ativos da Câmara. É preciso saber onde é que eles estão e porque é que não estão registados. E porque é que está a acontecer isto, há longos anos, nesta Câmara. Cada um saberá da sua governação e do tempo da sua governação. Eu, como tenho dito, vou procurar fazer o meu melhor. Quando não conseguir, serei o primeiro a dizer que não consigo, vou chamar pessoas para trabalharem comigo e para me poderem ajudar. Enquanto consentirem E quando não consentirem nós estaremos cá todos para avaliar esta situação, dia a dia, minuto a minuto, segundo a segundo.

Relativamente áquilo que fala do endividamento e pelo que eu percebi. Claro que há, aqui, nesta Câmara, uma abertura para um possível empréstimo, se for necessário, para nós satisfazermos tudo aquilo que são reflexos do que tem vindo do passado e que o relatório diz. Se nós formos ver os orçamentos nunca refletiram grandes operações de manutenção, nem conservação. Recaíram sempre em quê? Em obras, nas Grandes Opções do Plano. Quando o Sr. diz 'vamos ver se ultrapassamos os 7 milhões', também não lho vou prometer porque a economia está, neste momento, numa alteração brutal. E o Sr. está muito consciente disso. Falarmos sobre isso aqui é estarmos a trocar aquilo que sabemos os dois bem.

Temos é dois registos que, a mim, me preocupam. É aquilo que ainda não fizemos para o novo patamar dos resíduos em 2023, quando tivermos os bio resíduos. Já falámos, aqui, numa Assembleia, sobre isso. E os custos que isto já está a ter e que podem ultrapassar os 300 mil euros, este ano.

E a falta de receita que a Câmara tem. Podemos ter aqui, temos vindo a registra isso e foi tema das nossas Assembleias aqui, do valor do IMI crescer e não crescer... vamos ver. Estamos agora na altura desta receita. O IMI até cresceu. Estamos, neste momento, e já nestas contas, um bocadinho agradados com este fluxo, mas precisamos de mais receita para satisfazermos a despesa que está a ser programada todos os dias na Câmara, e os acréscimos que essa despesa está a ter.

E eu ainda não encontrei, nesta Assembleia, que me tenham dito, mesmo nas reuniões de Câmara também não, soluções para novas receitas.

A descentralização tem sido pesada. O Executivo anterior já teve a experiência com a Educação. E teve também a experiência de trabalhar nas outras duas matérias. Nós ainda não as assumimos. Sabemos as penalizações que houve e os ajustes que ainda estão a existir.

Eu dir-lhe-ia, se estivesse aqui, que era ingrato para mim tomar essa posição. Acho que isto mostra, com clareza, que os trabalho dos nossos técnicos, e a precisão com que eles têm informado os executivos tem sido valiosa. E aqui chamo a atenção que, para mim, é um valor elevado de algumas pessoas, se não todas, que estão nesta área, que fazem todos os sistemas de contratação, tudo o que é a preparação destes documentos, a avaliação e o rigor com que lançam os lembretes para o Executivo. Mas, no fundo, acho que nós conseguimos melhorar. É essa estratégia, essa trajetória que eu vou tentar escrever, também, enquanto Presidente de Câmara. Vamos avançar com isso.

Uma última nota que eu gostaria de deixar aqui para todos. Esta relação daquilo que são e que referiu relativamente áquilo que são as candidaturas, áquilo que são projetos com maturidade. Nós podemos ter, e acho que é o reflexo daquilo que nós temos que fazer e deixar para o futuro. Quando o Sr. evidencia isso é a mesma coisa que quando preparou a sua casa para receber os seus filhos, e prepara isto para as gerações futuras. Se esse trabalho foi feito, está bem feito. E nós vamos valorizá-lo. Se esse trabalho não foi feito, temos que o fazer, porque não podemos parar e é isso que estamos a fazer, neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Segunda ronda de intervenções.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:32':31")

«Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Abro, agora, as inscrições para a segunda ronda de intervenções.»

Margarida Alves - PSD: (02:33':11")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Naturalmente que, tendo em conta o documento que nos foi apresentado, não é surpresa nenhuma a posição do Partido Socialista. Está a ser coerente com aquilo que foi, nos últimos anos, com a gestão do Partido Social Democrata. Da mesma forma que a coerência do Sr. Presidente da Câmara a expor algumas cautelas que devemos ter, nomeadamente consciencializando e preparando já as pessoas para um futuro empréstimo ou então um aumento da taxa do IMI. Pelos vistos o imposto Mortágua, que é tão presente no nosso Concelho, também não chega para colmatar aquilo que se avizinha. Mas eu só queria pedir, ao Sr. Presidente da Câmara, um ponto de situação sobre a descentralização porque os autarcas sociais-democratas emitiram uma posição relativa ao processo de transferências de competências para os municípios – é uma coisa muito importante para todos nós, não é só para ao Sr. Presidente da Câmara... é para todos nós. Apesar de estarmos a debater o Orçamento do Estado na Assembleia da República - só em Portugal é que governar com duodécimos é que parece ser um problema – pergunto se, na área da educação, as verbas foram todas transferidas para o Município. Não sei se o Sr. Presidente me consegue responder hoje. Não estou a pedir que me responda hoje. Mas acho que esta questão é pertinente. Está um bocadinho fora do âmbito, mas como o Sr. Presidente também falou do processo de descentralização, acho que é importante percebermos se as receitas – as receitas, não... o cheque – da descentralização, que o Governo diz que vai enviar para os Municípios se, de facto, está a chegar. Se, na educação, estão a cumprir. Porque se não estão a cumprir, de facto, não só os autarcas sociais-democratas, como a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses e a ANAFRE, têm tomado posições claras que me trazem alguma preocupação para o futuro. Não estou a ilibar o futuro Relatório de Contas ou o Plano de Atividades, não estou a ilibar nada. Temos é que nos precaver. Já basta vivermos ainda em pandemia. Vivermos em guerra. Vem aí uma crise como nunca vista. Nós, que somos da área, sabemos perfeitamente que não há milagres e não sei se cinco anos chegarão para endireitar. Vêm aí medidas muito duras. Já se notam. Quando se aumentam salários em 0,9% e a inflação já está nos 7,2%, estamos a perder poder de compra como nunca perdemos, nem no tempo da Troika.

É esta preocupação. Se em termos de verbas de transferências de competências para o Município está a haver cumprimento ou se está a haver a desculpado Orçamento ainda não estar aprovado. É importante nós sabermos, Sr. Presidente. Porque sabemos que há denúncias de municípios que no Governo não está a cumprir, não está a fazer chegar o cheque. É que a própria sustentabilidade do Município pode estar em causa. E não há milagres. O Presidente de Câmara não é milagreiro.

Naturalmente, como cidadão do Município preocupa-me a sustentabilidade. Não é só o aumento do Orçamento e do Relatório de Contas. São os recursos humanos que estão inerentes à transferência. Os recursos humanos são custos. Temos que perceber porque é que o ativo não cresceu e só cresceu isto... tudo bem. E o que é que vem a seguir? A mim preocupa-me é o que vem a seguir e eu necessito de saber se isto é um acordo para libertar para os municípios mais responsabilidades com um custo mais

barato. Não sei se me estou a fazer entender. Se não me puder responder hoje, vá pensando nisto, está bem? Obrigada.»

Flor Agostinho - PSD: (02:38:23")

«Vou ser muito breve. Só para registar o otimismo do Sr. Presidente da Câmara quanto ao registo do património da Autarquia. O Sr. Presidente disse, e muito bem, e todos nós sabemos do que é que se está a falar. Temos consciência é de que não vai ser fácil. Isto é um processo moroso, é um processo terrível, é um processo de registo de terrenos e de edifícios. Não vai ser fácil. Registo, com agrado, que esteja otimista e que o consiga fazer este ano. Mas, sinceramente, não acredito que vá ser possível, porque isto é mesmo moroso.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:39:00")

«Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:39:06")

«Muito bem. Fico contente por ter feito essa referência. Eu também não disse que ia tratar de tudo este ano, porque, então, tinha que ter posto uma verba com um valor elevado só para Conservatória. Nem será no próximo ano. Agora, eu não esperava. Um dia utilizei aquela terminologia da mochila e hoje tenho que a trazer aqui outra vez. Aí está ela a aparecer. Mas eu vou com algumas cautelas e ainda bem que o Sr. reconhece e mencionou isso na sua segunda intervenção, o que é muito importante.

Relativamente ao trânsito dos valores e esta questão da descentralização. Nós vamos ter algum cuidado. À medida que nós temos vindo a percorrer aquilo que foi a criação e um Orçamento, com base no que é o Relatório que estamos a aprovar, tem como base a média dos últimos três anos, ponderada na criação de um novo documento. Houve até um discurso aqui que referiu isso. se calhar muitas das despesas não foram feitas e se tivessem sido feitas como é que tinha sido o comportamento do orçamento. Como é que a Câmara se teria comportado. Será que teria conseguido os objetivos que conseguiu. Eu ponho algumas dúvidas. Mas hoje estamos a apreciar um documento, um Relatório de Contas, e, portanto, vamos com algumas cautelas para não levantarmos outros temas.

Relativamente à transferência de competências. O que eu acho é que nós conseguimos, ainda no último trimestre de 2021, receber verbas de compensação, que já estavam mais ou menos programadas pelo Executivo anterior. Até tive o cuidado de referir ao Sr. Vereador Tiago Lourenço que tinha recebido uma verba de 319 mil euros que, na altura, tinha já ficada acordada na delegação de transferências e que era relativa ao pessoal. Mas o problema não está aí, no pessoal não docente. Está naquilo que nós nunca tivemos e que são os rácios que nós precisamos de ter para tudo aquilo que estamos a receber. Essa é uma defesa de ambos os partidos, da nossa Associação Nacional de Municípios, da qual eu faço parte do Conselho Geral. Essa é uma coisa que nós precisamos de saber. Nós, Municípios.

Relativamente ao Orçamento não me preocupa muito porque se nós, hoje, estamos aqui com 35 milhões, estávamos com 36 milhões. Mesmo que seja em duodécimos, até estou a receber um bocadinho mais. Depois há de haver um ajuste, não é isso que me está a preocupar. Agora, não se esqueçam que nós estamos a trabalhar com Orçamentos plurianuais. Nós, para termos fundos disponíveis para aquilo que estamos a acordar com os empreiteiros, que transitámos do ano passado para este ano, foram não investimentos, está cabimentado. Nem me preocupa, sequer, porque está lá... é para os 5 milhões da Gafanha da Encarnação, para a obra do PAR12 que se lançou; é

para estas questões. Mas se amanhã precisarmos de fazer uma obra de 250 mil euros, está disponível? Não está. Esta é a situação que nós temos. O Município tem este conforto de contas.

Relativamente a um assunto – e vou fazer este comentário porque é um trabalho que já o fiz – há uma preocupação do atual Governo em atualizar os valores que estão previstos na descentralização, na área da Saúde e da Ação Social. A Ação Social tem um critério diferente do da Saúde – são dois pelouros da minha Vereadora – e tem havido, já, por parte da Segurança Social alguma entrega, mas ainda pouca. E da parte da ARS também alguma entrega, mas ainda pouca. Apesar de nós já podermos estar a viver isto desde o dia 1 de abril, a verdade é que só quando eu assinar o auto de transferência é que isto se comprova. O que é que nós fizemos aqui? Uma comissão do Vereador para avaliar todas as estruturas e se aquilo que nos estão a dizer é bem verdade. Porque no documento diz assim: ‘equipamento radiadores a funcionar’. Mas nós chegamos lá e... pois é. Se calhar o que viram estava a funcionar, mas os outros não estão. Nós estivemos com clareza, também porque eles vieram com clareza e com trabalho feito – os técnicos também podem ter falhado, da parte deles – e penso que se vai conseguir afinar isto. Nós contestamos isto, na base da CIRA, porque todos os Municípios estão preocupados com esta situação. Nós assumimos a Ação Social, a 1 de outubro está na Câmara Municipal. O valor, em duodécimos, será referente aos três meses que faltam. Penso que o Governo, agora com o novo Orçamento aprovado na generalidade, e estarmos, agora, a trabalhar na especificidade com cada Secretário de Estado, possa anunciar algumas notícias para breve e que possam vir de encontro àquilo que defendem os autarcas que estão representados na Associação Nacional de Municípios e que representam todos os partidos e onde os Movimentos Independentes também estão.

Isto é o que eu lhe posso dizer sobre a descentralização. E isto também reúne os autarcas do Partido Socialista e que evidenciam estes problemas. Porque isto é transversal.

Eu penso que se vai conseguir. Acho que há aqui um benefício para a nossa comunidade que vai ser difícil, para nós, responder pela questão dos recursos humanos, por exemplo, na área da limpeza. Na área da Saúde, como é óbvio, não vai ser fácil. Há aqui muitos contratos que estão associados a empresas de limpeza que eles nos dizem que custam 130 mil euros. Então, contrariamos 10 pessoas, assistentes operacionais, e podíamos ter este registo e resolvíamos o problema. É que esses senhores não vão limpar o consultório porque uma Sra. se sentiu mal e sujou aquilo tudo, porque só limpam os corredores que é o trabalho deles. E se não temos lá ninguém naquela hora, vamos ter a cair isto tudo em cima de nós. E depois a resposta é: a Câmara não deu resposta. Agora ainda é a ARS que responde, mas depois...

Temos que avaliar isto muito bem. Temos que perceber o que é que podemos fazer nos nossos Centros de Saúde, porque pode haver verbas do PRR interessantes nesta área. estamos, portanto, a fazer um processo de avaliação grande sobre tudo isto.

Para lhe dar esta nota sobre o processo de transferências, em que o Estado também já tinha percebido que o PRR também tinha que servir a área da Saúde. Como sabe, um dos grandes objetivos distritais é o nosso Hospital. Vamos ver se isto chega a esta área. Vamos ver no que é que isto vai dar. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:45:48")

«Muito bem. Vamos então proceder agora à Aprovação do Ponto 1 da Ordem do Dia: ‘Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021’.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?»

O Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021 foi aprovado por **MAIORIA**, com 18 votos a Favor, 7 Abstenções e 0 votos Contra. Pergunto se há alguma declaração de voto? Não? Muito bem.»

Ponto 2. Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2021.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:45:48")

«Eu proponha passarmos já ao Ponto 2 da Ordem do Dia, que é a "Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2021". Depois terminaríamos os trabalhos, dada a hora. Acho que não se justifica estarmos a fazer um intervalo quando faltam 10 minutos para a meia-noite.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:46:57")

«Ponto 2 da Ordem do Dia: "Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2021". Passo já a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:47:06")

«Eu já toquei isto no assunto anterior, na discussão das contas. Podíamos ter juntado estes dois pontos, mas, por lapso, não o sugeri ao Sr. Presidente da Assembleia. Está só aqui a referência do resultado anterior. Esta é apenas a aplicação desse resultado. Por razões legais tem que ser deliberado pela Assembleia Municipal, com uma aprovação ou rejeição – fica à consideração - para ser remetido ao Tribunal e Contas.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:47:29")

«Muito obrigado. Não sei que há alguém que pretenda intervir? Começando, agora, pelo 'Unir Para Fazer'. Não havendo qualquer inscrição, passamos já para a votação.»
Votação do Ponto 2 da Ordem do Dia: Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2021. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?
A proposta da Aplicação de Resultados de 2021 foi aprovada por **MAIORIA**, com 24 votos a Favor, 1 Abstenção e 0 votos Contra.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:50:58")

«Como ainda temos algum tempo, eu proponha que fizemos uma ligeira alteração na ordenação da Ordem do Dia e discutíssemos, agora, o Ponto 4. Saltar do ponto 2 para o ponto 4, para ganharmos algum tempo na próxima reunião. Ninguém se opõe? Muito bem.»

Ponto 4. Tomar Conhecimento do Mapa dos Compromissos Plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2021.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:51:48")

«Então... Ponto 4: 'Tomar Conhecimento do Mapa dos Compromissos Plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2021'.
Começava por dar a palavra ao sr. Presidente da Câmara Municipal.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:51:48")

«Sr. Presidente. Não há muito a dizer porque é, basicamente, um documento técnico que, por obrigatoriedade legal, deve ser apreciado pela Assembleia Municipal, e também porque nós tomámos como posição, na primeira Assembleia deste mandato, este compromisso para com este Órgão. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:52:03")

«Abria o período de inscrições para alguma intervenção, a começar pelo PSD. Não temos intervenções.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:52:33")

«Assim, foi deliberado, por **Unanimidade, tomar conhecimento** do Ponto 4 da Ordem do Dia: "Mapa dos Compromissos Plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2021".»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

José Pinto Reis - UPF: (02:52:50")

«Sr. Presidente. Uma interpelação à Mesa. Acho que nós, 'Unir Para Fazer' devíamos ser os últimos a intervir no próximo ponto, que é a Atividade Municipal. A nossa Ordem foi agora alterada. O Sr. Presidente utilizou a sua regra, só que, mantendo-se a Ordem Dia, o Chega seria o primeiro no Ponto 3. Como se alterou a Ordem de Trabalhos, alterou-se a ordem de intervenção. Só por uma questão de se cumprir a regra da rotação das intervenções. Já tinha sido dito? Peço desculpa, não tinha escutado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:53:45")

«Sim... está correta a observação. E iremos tomar essa posição na próxima reunião. Dado que não temos tempo suficiente até à meia-noite e meia, proponha interrompermos os trabalhos e retomarmos, no ponto 3, na próxima sexta-feira. Pedia, por último, que quem tem as suas intervenções escritas que as faça chegar ao Núcleo de Apoio para facilitar – e muito – a elaboração das atas.»

Concluída a **apreciação** do Ponto 4 da Ordem do Dia - **Tomar Conhecimento do Mapa dos Compromissos Plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2021** - e interrompida a reunião com a aprovação da sua continuidade no próximo dia 13 de maio (sexta-feira), às 21h00, neste mesmo local, nos termos dos números 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à deliberação do plenário a aprovação em **minuta da ata** respeitante à primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2022. (02:53:57")

Depois de lida, não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata. (02:56:57")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:15 horas do dia 7 de maio de 2022.

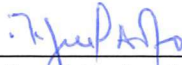
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator



Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Ílhavo realizada no dia 06 de maio de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Esta Sessão foi repartida por 2 reuniões, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças na 1.ª Reunião (06 de maio).

Sessão Ordinária de Abril 1.ª reunião - de 06 de maio de 2022

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	PSD (30 dias)		✓
João Pedro Ribau Casqueira	UPF		
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho	PS		✓
Diana Catarina Anastácio Gandarinho	PS		✓
Daniela Ribeiro Alegria	UPF		✓
Sérgio Louro	CHEGA		✓
António Pedro Oliveira Martins	PS		✓
Cláudia Cristina Fernandes Reigota	UPF		✓
André Filipe Casqueira Guimarães	PSD		✓
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas	UPF		
António José Flor Agostinho	PSD		✓
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo	PS		✓
Pedro Miguel Cristo Graça	UPF		✓
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário	PSD		
Modesto Manuel dos Santos	PS (365 dias)		
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões	UPF		✓
Hugo Filipe Casqueira Coelho	PSD		✓
José Manuel Figueiredo Pinto Reis	UPF		✓
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		✓
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		✓
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		✓
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		✓
Irene Maria Ribau Esteves Tavares	PSD		✓
Pedro José Catarino Senos Tróia	PS		✓
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos	PSD		✓
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		✓
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		✓
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		✓
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		✓
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		✓
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		✓
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		✓

SUBSTITUIÇÕES			
Mariana Alvelos Silva (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		✓
Mariana da Silva Lopes (substitui João Pedro Ribau Casqueira)	UPF		✓
Rui Manuel da Rocha Rufino (substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas)	UPF		✓
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso (substitui Sandra Carla Januário)	PSD		✓

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 de janeiro de 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (30 dias a partir de 29 de abril de 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD) - (acumulado 60 dias)

Ílhavo, 06 de maio de 2022

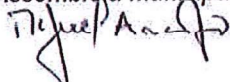
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo 



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Comunicação de substituição do membro da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 6.º e 36.º do Regimento.

Nome do titular do cargo: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sara Marina Tomé Fernandes (ausência justificada)

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Na qualidade de Líder do Grupo Municipal do "Partido Social Democrata" declaro que o cidadão em epígrafe, está identificado na ordem de precedência correta na lista de candidatos, e foi por mim notificado com antecedência para estar presente na reunião da Assembleia Municipal a realizar em 06/maio/2022.

(O Líder do grupo Municipal)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Comunicação de substituição do membro da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 6.º e 36.º do Regimento.

Nome do titular do cargo: João Pedro Ribau Casqueira

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Mariana da Silva Lopes

Nome do titular do cargo: Ernesto Manuel Vidal Garrelhas

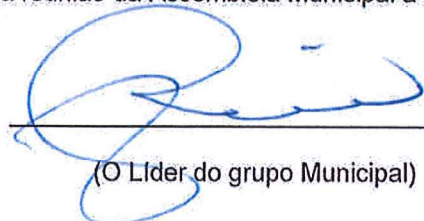
Sucedâneo na lista de Candidatos:

Rui Manuel da Rocha Rufino

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Na qualidade de Líder do Grupo Municipal do "Unir Para Fazer" declaro que o cidadão em epígrafe, está identificado na ordem de precedência correta na lista de candidatos, e foi por mim notificado com antecedência para estar presente na reunião da Assembleia Municipal a realizar em 06/maio/2022.



(O Líder do grupo Municipal)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Comunicação de substituição do membro da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 6.º e 36.º do Regimento.

Nome do titular do cargo: Modesto Manuel dos Santos

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Mariana Alvelos Silva


Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Na qualidade de Líder do Grupo Municipal do "**Partido Socialista**" declaro que o cidadão em epígrafe, está identificado na ordem de precedência correta na lista de candidatos, e foi por mim notificado com antecedência para estar presente na reunião da Assembleia Municipal a realizar em 06/maio/2022.



(O Líder do grupo Municipal)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Voto de Louvor, ao jornal “O Ilhavense” pelo seu Centenário, assinalado a 21 de novembro de 2021. O Voto de Louvor foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

Voto de Louvor, a Nuno Miguel Jesus Costa pelo mérito desportivo na conquista da medalha de bronze na prova de corta-mato longo e medalha de ouro nos 3.000 metros pista coberta, no European Master Athletics. O Voto de Louvor foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021. Este ponto mereceu a seguinte votação: 18 Votos a favor, 7 Abstenções, e 0 Votos contra. O documento foi apreciado por **MAIORIA**.

Ponto 2. Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2021. Este ponto mereceu a seguinte votação: 24 Votos a favor, 1 Abstenções, e 0 Votos contra. A proposta foi aprovada por **MAIORIA**.

Ponto 4. Tomar Conhecimento do Mapa dos Compromissos Plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2021. Deliberado Tomar conhecimento.

De acordo com a Convocatória e a respetiva Ordem do Dia, a Sessão Ordinária terá continuidade, com a realização da segunda reunião, na próxima sexta-feira, dia 13 de maio.

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata respeitante a esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE***

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Miguel Pedro Araújo